

-8FEV 2013 1068453

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS  
ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA HAZTEC  
INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

como *Emissora*

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

como *Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

com a interveniência garantia de

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.

FOXX HOLDING S.A.

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS BARRA MANSA S.A.

como *Fiadoras*

Datado de  
6 de fevereiro de 2013

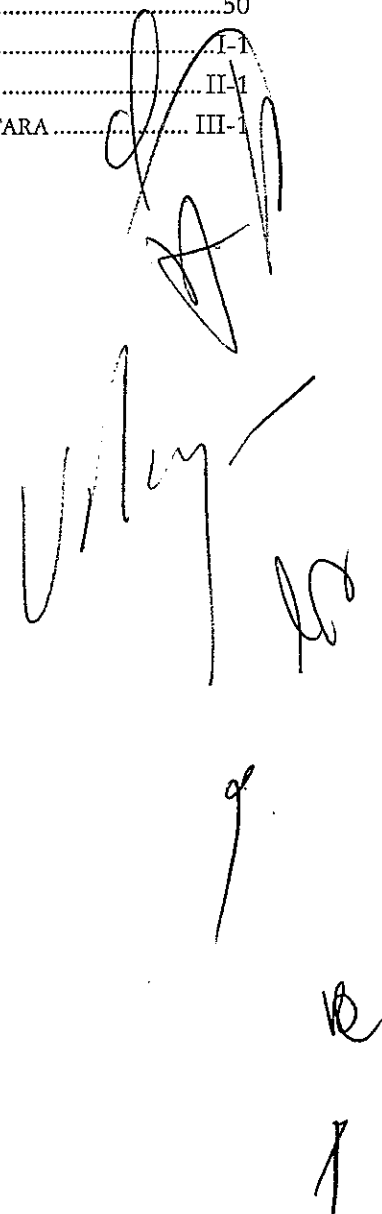
3ºRTD-RJ-Reg. nº 1068453  
Emolumentos .....R\$ 689,75  
Distribuidor .....R\$ 18,96  
Mutua/Acoterj .....R\$ 10,86  
Feli/Fundpar/Funpar/FunarPen 237,49  
Total .....R\$ 955,06



*[Handwritten signatures and initials]*

## ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS .....	3
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO .....	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	12
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA.....	19
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	20
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	22
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	29
CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO.....	36
CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	44
CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS.....	46
CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	50
ANEXO I LISTA DE PROJETOS.....	I-1
ANEXO II MINUTA CONTRATO DE A.F. DE AÇÕES DA CTR ALCÂNTARA .....	II-1
ANEXO III MINUTA DO CONTRATO DE C. F. DE RECEBÍVEIS DA CTR ALCÂNTARA .....	III-1



Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature that appears to be 'Ricardo V. Mouzinho Antunes' and several other initials and marks.

ESCRITURA PARTICULAR DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

I. de um lado, na qualidade de emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, Cidade Nova, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.421.994/0001-36 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 33.3.0029215-2, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora"); e

II. de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures ("Debenturistas"),

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

e, ainda, com a interveniência de:

III. na qualidade de prestadoras de garantia fidejussória no âmbito da Emissão,

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.279.285/0001-30 e na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0027151-1, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Haztec Ambiental"); e

FOXX HOLDING S.A., nova denominação da Foxx Participações Ltda., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Samuel Morse, nº 134, 3º andar, Sala B, Cidade das Monções, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.658.431/0001-14 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.437.951, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Foxx Holding");

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS BARRA MANSA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ 157 s/nº, Fazenda Barra das Antas, Cotiara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.840.738/0001-10 e na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0029021-4, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("CTR Barra Mansa" e, em conjunto com a Haztec Ambiental, a Foxx Holding e CTR Barra Mansa, "Fiadoras");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Fiadoras doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, firmar a presente "*Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.*" ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

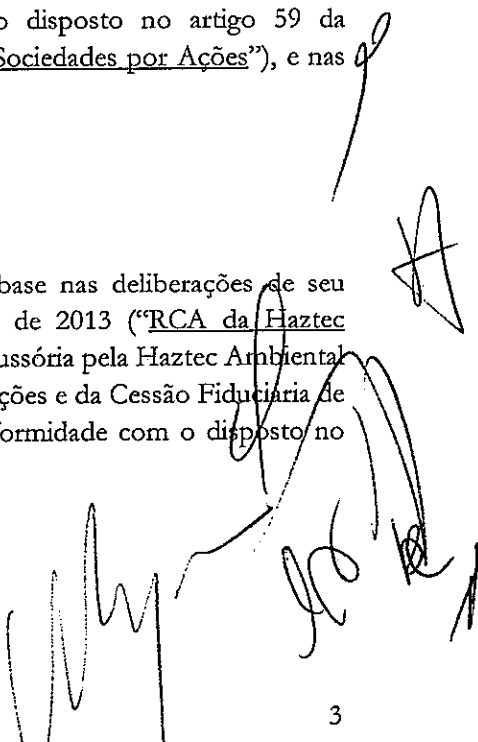
## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

### 1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 01 de fevereiro de 2013 ("AGE da Emissão"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; (b) a concessão da Cessão Fiduciária de Dividendos no âmbito da Emissão; e (c) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE da Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta Restrita e à constituição da Cessão Fiduciária de Dividendos prestada pela Emissora, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e nas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

### 1.2. Autorizações da Haztec Ambiental

1.2.1. A presente Escritura é firmada pela Haztec Ambiental com base nas deliberações de seu conselho de administração em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2013 ("RCA da Haztec Ambiental"), na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Garantia Fidejussória pela Haztec Ambiental no âmbito da Emissão; e (b) a concessão das Alienações Fiduciárias de Ações e da Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental no âmbito da Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 19, alínea (viii) do Estatuto Social da Haztec Ambiental.



### 1.3. Autorizações da Foxx Holding

1.3.1. A presente Escritura é firmada pela Foxx Holding com base nas deliberações (i) de seu conselho de administração em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2013 ("RCA da Foxx Holding"), na qual foi deliberada a prestação da Garantia Fidejussória pela Foxx Holding no âmbito da Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 17 alínea "d" do Estatuto Social da Foxx Holding; (ii) da assembleia geral de acionistas da Inovatec Participações S.A. ("Inovatec"), sua controladora detentora da totalidade do capital social, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2013 ("AGE Inovatec"); e (iii) do conselho de administração da Inovatec, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2013 ("RCA da Inovatec"), nas quais foram deliberadas a autorização para a prestação da Garantia Fidejussória pela Foxx Holding no âmbito da Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 17, alínea "s", do Estatuto Social da Inovatec.

### 1.4. Autorizações da CTR Barra Mansa

1.4.1. A presente Escritura é firmada pela CTR Barra Mansa com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de seus acionistas realizada em 01 de fevereiro de 2013 ("AGE da CTR Barra Mansa"), na qual foram deliberadas: (a) a prestação da Garantia Fidejussória pela CTR Barra Mansa no âmbito da Emissão; e (b) a concessão da Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa no âmbito da Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 15, alínea (e) do Estatuto Social da CTR Barra Mansa.

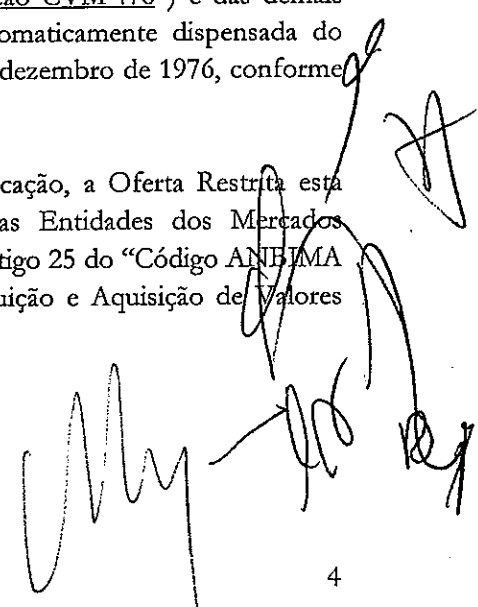
## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora ("Oferta Restrita"), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" em vigor nesta data.



**2.2. Arquivamento dos Atos Societários nas Juntas Comerciais Competentes e Publicação nos Jornais de Grande Circulação**

2.2.1. A ata da AGE da Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil (em conjunto, "Jornais de Publicação"), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA da Haztec Ambiental será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil.

2.2.3. As atas da RCA da Foxx Holding e da AGE da Inovatec serão devidamente arquivadas na JUCESP e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Monitor Mercantil.

2.2.4. A ata da AGE da CTR Barra Mansa será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Diário Mercantil.

**2.3. Arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial Competente e Registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes**

2.3.1. Esta Escritura será devidamente arquivada na JUCERJA, conforme disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Em decorrência da prestação das Garantias Fidejussórias pelas Fiadoras, esta Escritura será registrada nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das Partes ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos").

**2.4. Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição por investidores qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## 2.5. Registro dos Contratos de Garantia Real

2.5.1. Os Contratos de Garantia Real, por meio dos quais serão prestadas, no âmbito da Emissão, as Garantias Reais em favor dos Debenturistas, deverão ser registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde se localizam as sedes das partes dos respectivos Contratos de Garantia Real, na forma e prazo previstos em cada Contrato de Garantia Real.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Companhia compreende a: participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

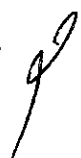
### 3.3. Valor Total da Emissão


3.3.1. O valor total da Emissão será de até R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.

### 3.4. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

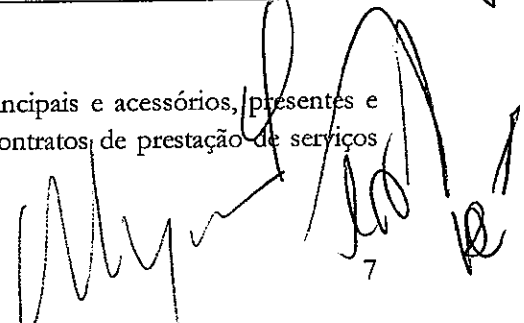
3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série e serão emitidas até 280 (duzentas e oitenta) Debêntures.

### 3.5. Garantias Reais

3.5.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos demais documentos relacionados às Debêntures perante os Debenturistas ("Obrigações Garantidas"), serão prestadas as seguintes garantias reais em favor dos Debenturistas no âmbito da Emissão (em conjunto, "Garantias Reais"): 

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da CTR Barra Mansa de titularidade da Haztec Ambiental, correspondente a 100% (cem por cento) do capital social total da referida sociedade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Barra Mansa S.A. em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa"), firmado nesta data; 

- (b) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara ("CTR Alcântara"), quando de titularidade da Haztec Ambiental, correspondente a 100% (cem por cento) do capital social total da referida sociedade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara"), a ser formalizado conforme previsto na cláusula 8.1 (y) abaixo;
- (c) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Ecopesa Ambiental S.A. de titularidade da Haztec Ambiental, correspondente a 33% (trinta e três por cento) do capital social total da referida sociedade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa") e, em conjunto com as garantias indicadas nas alíneas "a" e "b" acima, "Alienações Fiduciárias de Ações", em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Ecopesa Ambiental S.A. e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa"), firmado nesta data, observado ainda o disposto na cláusula 8.1 (aa) abaixo;
- (d) cessão fiduciária de: (i) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Haztec Ambiental, decorrentes de contratos de prestação de serviços dos quais a referida sociedade seja parte ("Direitos Creditórios da Haztec Ambiental"), e (ii) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da Haztec Ambiental depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da Haztec Ambiental, não movimentável pela Haztec Ambiental ("Conta Vinculada Haztec"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da Haztec Ambiental"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental"), firmado nesta data;
- (e) cessão fiduciária de: (i) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da CTR Barra Mansa, decorrentes de contratos de prestação de serviços dos quais a referida sociedade seja parte ("Direitos Creditórios da CTR Barra Mansa"), e (ii) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da CTR Barra Mansa depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da CTR Barra Mansa, não movimentável pela CTR Barra Mansa ("Conta Vinculada CTR Barra Mansa"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da CTR Barra Mansa"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Barra Mansa S.A. em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa"), firmado nesta data;
- (f) cessão fiduciária de: (i) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da CTR Alcântara, decorrentes de contratos de prestação de serviços



7



dos quais a referida sociedade seja parte ("Direitos Creditórios da CTR Alcântara"), e (ii) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da CTR Alcântara depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da CTR Alcântara, não movimentável pela CTR Alcântara ("Conta Vinculada CTR Alcântara"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da CTR Alcântara"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara"), a ser formalizado conforme previsto na cláusula 8.1 (z) abaixo; e

- (g) cessão fiduciária de: (i) a totalidade de direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes da distribuição de dividendos efetuados pela Haztec Ambiental; e (ii) a totalidade dos créditos bancários de titularidade da Emissora depositados e a serem depositados e mantidos em determinada conta vinculada de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora ("Conta Vinculada da HIP"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários da Emissora"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Dividendos"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários Decorrentes de Dividendos em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos"), e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa, com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara, com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa, com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental, com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa e com o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara, "Contratos de Garantia Real", firmado nesta data.

3.5.2. O valor total das Garantias Reais, consideradas em conjunto, conforme mecanismos de avaliação estabelecidos nos Contratos de Garantia Real, excetuada a Cessão Fiduciária de Dividendos, deverá corresponder, observados os Laudos de Avaliação das Garantias Reais, desde a Data de Emissão até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a, no mínimo, os percentuais indicados na tabela abaixo com relação ao saldo devedor atualizado das Debêntures ("Limite Mínimo Global das Garantias Reais"), sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura:

DATA DE REFERÊNCIA	LIMITE MÍNIMO GLOBAL DAS GARANTIAS REAIS (PROPORÇÃO ENTRE O VALOR TOTAL DAS GARANTIAS REAIS E O SALDO DEVEDOR ATUALIZADO DAS DEBÊNTURES)
Na Data de Integralização das Debêntures	105%
Em até 90 dias contados da Data de Emissão	110%
Em até 180 dias contados da Data de Emissão	170%
A partir da Data de Verificação dos Índices	140%

*[Handwritten signatures and initials]*

Financeiros para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 até 1 Dia Útil anterior a Data de Verificação dos Índices Financeiros para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.	
A partir da Data de Verificação dos Índices Financeiros para o exercício social de 31 de dezembro de 2014 até a Data de Vencimento das Debêntures	120%

3.5.3. Quaisquer das Garantias Reais poderão ser reforçadas, liberadas e/ou substituídas, conforme aplicável, mediante aprovação dos Debenturistas, que representem ao menos 90% das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, representados pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, caso seja apurado pelo Agente Fiduciário, após o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, que a proporção entre o valor das Garantias Reais e o saldo devedor atualizado das Debêntures excede o Limite Mínimo Global das Garantias Reais estabelecido na cláusula 3.5.2. acima, os Debenturistas deverão autorizar a liberação das Garantias Reais na proporção necessária para restabelecimento do Limite Mínimo Global das Garantias Reais, observando-se para tanto os termos, prazos e condições dos respectivos Contratos de Garantia Real, e desde que: (a) observados os Índices Financeiros estabelecidos na alínea (p) da cláusula 7.2 desta Escritura; (b) o Prazo Médio Final Ponderado ("Prazo Médio Final Ponderado") significa o produto entre o saldo devedor de cada uma das dívidas e o seu prazo final de vencimento) da dívida consolidada da Emissora seja superior a 7 (sete) anos; e (c) não tenha ocorrido quaisquer um dos Eventos de Inadimplemento.

3.5.4. Uma vez atingido o Limite Mínimo Global das Garantias Reais de 120% (cento e vinte por cento), após a Data de Verificação dos Índices Financeiros referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, o Prazo Médio Final Ponderado da dívida consolidada da Emissora não mais será considerado para fins de verificação da manutenção pela a Emissora do Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

### 3.6. Garantias Fidejussórias

3.6.1. Em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, as Fiadoras assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadoras e principais pagadoras da dívida afiançada referente às Debêntures, nos termos desta Escritura ("Garantias Fidejussórias" ou "Fianças" e, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias"), obrigando-se solidariamente entre si e juntamente com a Emissora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), incluindo, mas não se limitando, a indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas. A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo os Juros Remuneratórios, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, inclusive os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber ("Valor Garantido"). Assim, respondem as Fiadoras, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de toda e qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures. Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer das Fiadoras em relação às Fianças ora prestadas será

*[Handwritten signatures and initials]*

efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

3.6.2. O Valor Garantido será pago pelas Fiadoras em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de notificação por escrito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, à tal Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.6.3 Fica facultado a qualquer das Fiadoras efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado por tal Fiadora.

3.6.4. As Fiadoras, neste ato, renunciam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e 77 e 595 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.6.5. Não será considerada moratória concedida à Emissora, nos termos previstos no inciso I, do artigo 838 do Código Civil, a dilação de prazo para o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora, obtida mediante aprovação, dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, nos termos desta Escritura.

3.6.6. Cabe ao Agente Fiduciário, em nome e a favor dos Debenturistas, requerer a execução das Garantias Fidejussórias se verificada, de acordo com esta Escritura, qualquer hipótese de insuficiência de pagamento pela Emissora. Nesses casos, qualquer das Fiadoras pagará aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso, os valores devidos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no Dia Útil seguinte à ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.6.7. Para todo e qualquer pagamento que venha a ser efetuado pelas Fiadoras, em cumprimento das Garantias Fidejussórias ora outorgadas, ocorrerá a sub-rogação, em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

3.6.8. As Garantias Fidejussórias obrigam as Fiadoras e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. As Fiadoras não poderão ceder as obrigações decorrentes das

presentes Garantias Fidejussórias, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

3.6.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

3.6.10. As presentes Fianças entrarão em vigor na Data de Emissão e permanecerão válidas em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

3.6.11. Cada uma das Fiadoras declara e garante que (a) a prestação de Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; (b) todas as autorizações necessárias para prestação destas Fianças foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (c) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.

3.6.12. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer das Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.6.13. As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

### 3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de subscrição de 256 (duzentas e cinquenta e seis) Debêntures e melhores esforços de subscrição de 24 (vinte e quatro) Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, da Quarta Emissão da Haztec Investimentos e Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

### 3.8. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.8.1 O banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a

suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

### 3.9. Destinação dos Recursos

3.9.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para (a) pré-pagamento do endividamento bancário e alongamento do perfil de dívidas detidas pela Haztec Ambiental; e (b) recomposição do capital de giro da Haztec Ambiental.

### 3.10. Imunidade de Debenturistas

3.10.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 18 de fevereiro de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 18 de fevereiro de 2020 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a Data de Vencimento.

### 4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com a relação Dívida Líquida / EBITDA da Emissora, cujas definições estão descritas na alínea (p) da cláusula 7.2 desta Escritura, conforme tabela abaixo (“Juros Remuneratórios”):

Relação Dívida Líquida / EBITDA da Companhia	Sobretaxa dos Juros Remuneratórios
<i>Maior que 5,0 vezes (inclusive)</i>	4,00% ao ano
<i>Entre 4,0 vezes (inclusive) e 5,0 vezes (exclusive)</i>	3,25% ao ano
<i>Entre 3,0 vezes (inclusive) e 4,0 vezes (exclusive)</i>	2,75% ao ano
<i>Menor que 3,0 vezes (exclusive)</i>	2,50% ao ano

4.2.2.1. No período compreendido entre a Data de Emissão até que seja calculada a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, o *spread* dos Juros Remuneratórios será de 4,00% (quatro por cento).

4.2.2.2. Em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada exercício social, a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário a relação Dívida Líquida / EBITDA calculada para o exercício social considerado, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora. O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação, verificar o cálculo e informar à Emissora e aos Debenturistas a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, que será válida nos 2 (dois) Períodos de Capitalização imediatamente subsequentes.

4.2.2.3. Caso não seja possível o cálculo da sobretaxa dos Juros Remuneratórios para quaisquer períodos subsequentes, deverá ser utilizado parâmetro do Período de Capitalização imediatamente anterior até o próximo Período de Capitalização.

4.2.2.4. Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação quanto à nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, a Emissora deverá informar a CETIP quanto ao novo parâmetro a ser utilizado.

4.2.2.5. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento (“Período de Capitalização”), e deverão ser pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização de Resgate Antecipado Facultativo, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI Over, nos termos da cláusula 4.2.2.10 abaixo).

4.2.2.6. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI<sub>k</sub>, desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (\text{TDI}_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI *Over*, variando de 1 (um) até nDI.

nDI = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "nDI" um número inteiro; e

TDIk = Taxa DI<sub>k</sub>, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI<sub>k</sub> = Taxa DI *Over* de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Spread} = \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = sobretaxa informada com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### 4.2.2.7. Observações:

- (i) o fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iii) a Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.2.8. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas cláusulas 4.2.2.9 e 4.2.2.10 abaixo.

4.2.2.9. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI *Over*, a Taxa DI *Over* deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. Na hipótese de não haver o substituto legal da Taxa DI *Over*, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula XI desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na cláusula 4.2.2.10 abaixo.

4.2.2.10. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo



critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na cláusula 4.2.2.9 acima, qual a alternativa escolhida:

- (a) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, sem o pagamento de prêmio de resgate ou reembolso, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures em Circulação a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de  $TDI_k$  o valor da última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nas cláusulas 4.2.2 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios; ou
- (b) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o Prazo Médio de Amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida na cláusula 4.4.1 abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva indicada pela totalidade dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada na forma da cláusula 4.2.2.9 acima. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alínea "a" acima. Caso a taxa substitutiva seja referenciada em base diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

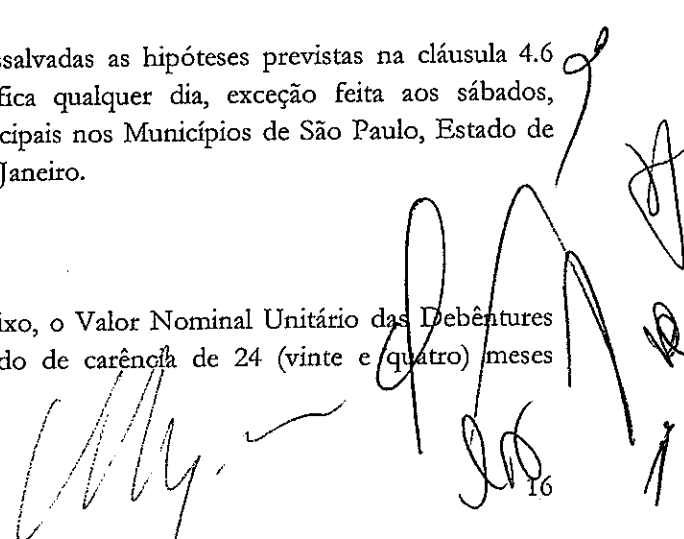
4.2.2.11. Para fins da presente Escritura, "Prazo Médio de Amortização das Debêntures" equivale à soma (a) do prazo de carência existente entre a Data de Emissão e a primeira Data de Amortização do Valor Nominal Unitário, com (b) a metade do prazo existente entre a primeira Data de Amortização do Valor Nominal Unitário e a Data de Vencimento.

4.2.2.12. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI *Over* então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.13. Para fins da presente Escritura, ressalvadas as hipóteses previstas na cláusula 4.6 abaixo, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais e feriados municipais nos Municípios de São Paulo, Estado de São Paulo, e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

#### 4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Observado o disposto na cláusula 4.3.1.1 abaixo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses



(inclusive) contados da Data de Emissão, em parcelas consecutivas, sempre no dia 18 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo a primeira devida em 18 de fevereiro de 2015 e a última parcela devida na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização do Valor Nominal Unitário"), conforme tabela abaixo:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual Amortizado sobre o valor nominal da Emissão</i>
18 de fevereiro de 2015	2,50%
18 de agosto de 2015	2,50%
18 de fevereiro de 2016	10,00%
18 de agosto de 2016	10,00%
18 de fevereiro de 2017	10,00%
18 de agosto de 2017	10,00%
18 de fevereiro de 2018	10,00%
18 de agosto de 2018	10,00%
18 de fevereiro de 2019	10,00%
18 de agosto de 2019	10,00%
18 de fevereiro de 2020	15,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100,000%</b>

4.3.1.1. Não obstante a cláusula 4.3.1 acima, na hipótese da liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização do Resgate Antecipado Facultativo, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI *Over*, nos termos da cláusula 4.2.2.10 desta Escritura, o Saldo do Valor Nominal Unitário existente à data da referida liquidação antecipada das Debêntures será integralmente pago pela Emissora na respectiva data de liquidação antecipada.

#### 4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, em parcelas consecutivas, sempre no dia 18 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sendo a primeira devida em 18 de agosto de 2013 e a última parcela devida na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização do Resgate Antecipado Facultativo, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI *Over*, nos termos da cláusula 4.2.2.10 desta Escritura) (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as

Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento"), exceto se de outra forma previsto nesta Escritura.

#### 4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### 4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto na cláusula 4.2.2.1 desta Escritura, considerando-se até 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

#### 4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a exclusivo critério do Debenturista, em até 30 (trinta) dias contados do início da distribuição das Debêntures, que deverá ocorrer quando do cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição. Caso o Debenturista decida subscrever as Debêntures, a integralização deverá ser à vista, no ato da subscrição

("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

#### 4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ("Avisos aos Debenturistas") e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet ([www.haztec.com.br](http://www.haztec.com.br)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação até 1 (um) Dia Útil contado da data da sua realização.

#### 4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

#### 4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### 4.15. Fundo de Amortização

4.15.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

#### 4.16. Direito de Preferência

4.16.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

#### 4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures.

### CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Fiadoras e posteriormente averbados na JUCERJA, e nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos, em até 20 (vinte) dias contados da data de sua celebração.

## CLÁUSULA VI

### RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

#### 6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.12 desta Escritura, acompanhada de notificação a ser enviada ao Agente Fiduciário acerca da decisão de promover o referido resgate ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). A Data do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser obrigatoriamente um dia útil, e a CETIP e o Escriurador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.1.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (b) de prêmio, incidente sobre o saldo devedor das Debêntures, conforme tabela abaixo ("Prêmio").

Períodos do Evento	Prêmio ( <i>flat</i> ) sobre o saldo devedor das Debêntures
Do 1º ao 4º ano da Emissão (ou seja, de 19 de fevereiro de 2013 a 18 de fevereiro de 2017)	0,50% (cinquenta centésimos por cento)
A Partir do 5º ano da Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures (ou seja de 19 de fevereiro de 2017 até 18 de fevereiro de 2020)	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)

6.1.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, sendo certo que todas as Debêntures em circulação serão resgatadas em uma única data; (b) menção ao valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; (c) valor do Prêmio; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o respectivo resgate antecipado também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

## 6.2. Amortização Antecipada Extraordinária

6.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização antecipada extraordinária das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Antecipada Extraordinária").

6.2.2. A Amortização Antecipada Extraordinária somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.12 desta Escritura, acompanhada de notificação a ser enviada ao Agente Fiduciário acerca da decisão de promover a referida amortização ("Comunicação de Amortização Antecipada Extraordinária"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Antecipada Extraordinária ("Data da Amortização Antecipada Extraordinária"). A data da Amortização Antecipada Extraordinária deverá ser obrigatoriamente um dia útil, e a CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização da Amortização Antecipada Extraordinária.

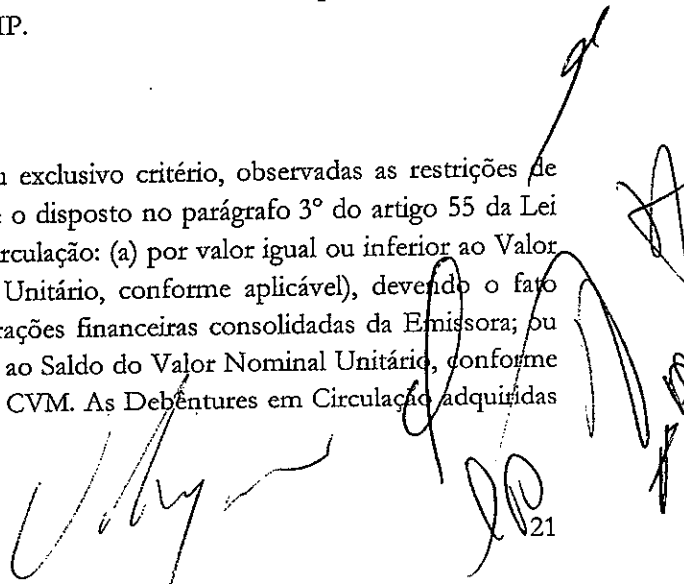
6.2.3. Por ocasião da Amortização Antecipada Extraordinária, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a efetiva data de Amortização Antecipada Extraordinária; e (b) de prêmio, incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures, conforme tabela prevista na cláusula 6.1.1.2 acima.

6.2.4. Na Comunicação de Amortização Antecipada Extraordinária deverá constar: (a) a data da efetiva Amortização Antecipada Extraordinária, sendo certo que todas as Debêntures em Circulação serão amortizadas em uma única data; (b) menção ao Valor da Amortização Antecipada Extraordinária; (c) valor do Prêmio; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Extraordinária.

6.2.5. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a respectiva amortização também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

## 6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures em Circulação adquiridas



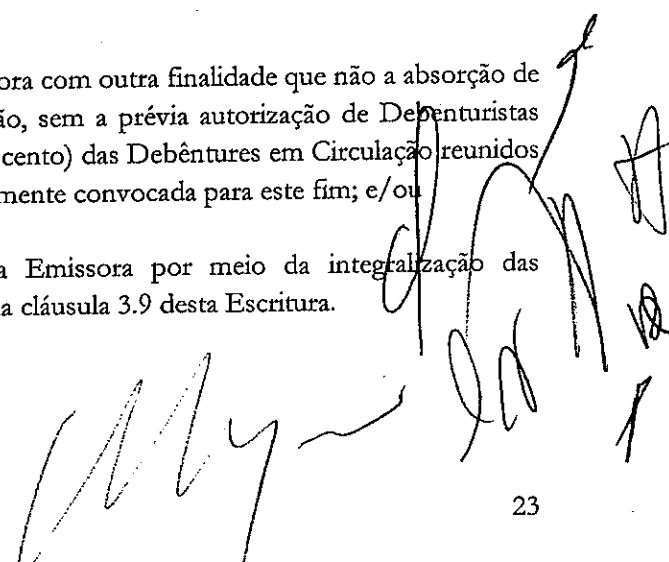
pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas cláusulas 7.3 e seguintes desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipada e automaticamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um "Evento de Inadimplemento Automático"):

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, desde que não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (b) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária com instituições financeiras ou relativas a operações de mercado de capitais, da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras;
- (c) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária com instituições financeiras ou relativas a operações de mercado de capitais, de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, exceto por qualquer das Fiadoras, em valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (d) caso esta Escritura seja inexecutável, declarada nula ou sem efeito, conforme sentença judicial ou decisão arbitral;
- (e) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, sem o prévio consentimento de Debenturistas que representem, ao menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia especialmente convocada para esse fim: (i) qualquer alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, por meio de acordo de acionistas ou não, e a qualquer título, de modo que o controle, direto ou indireto da Haztec Ambiental, não seja exercido pela Emissora, exceto no que se refere a reorganizações societárias que resultem no ingresso de um novo acionista, com participação inferior ou equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras; (ii) qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, em qualquer operação isolada ou série de operações, exceto no que se refere à incorporação das ações de emissão da Foxx Holding pela Emissora, em curso na data de celebração desta Escritura, e posteriormente pela Haztec Ambiental e eventual alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras que resultem no ingresso de um novo

- acionista, com participações inferior ou equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras; ou (iii) qualquer cisão, incorporação ou fusão da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, exceto (x) qualquer cisão, incorporação ou fusão exclusivamente entre a Emissora e qualquer das Fiadoras, ou (y) qualquer incorporação ou incorporação de ações entre a Emissora e suas controladas, exceto por qualquer das Fiadoras, em que a Emissora ou a Haztec Ambiental seja a incorporadora;
- (f) requerimento pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras e/ou sociedades controladas, direta ou indiretamente, de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, ou por qualquer das sociedades controladas pela Emissora, direta ou indiretamente, não elidido no prazo e forma legais;
  - (g) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (h) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, das obrigações assumidas ou a serem assumidas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura e em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, exceto com o prévio e expresso consentimento de Debenturistas que representem ao menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
  - (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus respectivos acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura e em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (j) não efetivação e formalização das Garantias, nos termos e prazos estabelecidos nos Contratos de Garantia Real, ou caso qualquer das Garantias, por qualquer fato, torne-se inábil, ineficaz, inválida, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura e em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, desde que as referidas Garantias não sejam substituídas ou complementadas pela Emissora nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia Real, observado o Limite Mínimo Global das Garantias Reais;
  - (k) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da Emissão, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; e/ou
  - (l) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na cláusula 3.9 desta Escritura.
- 



7.2. Sujeito ao disposto nas cláusulas 7.3 e seguintes abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um "Evento de Inadimplemento Não Automático") e, em conjunto com o Evento de Inadimplemento Automático, os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) a qualquer momento, provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura ou em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures com relação à data em que foram prestadas;
- (b) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária, pela Emissora e/ou por qualquer controlada, direta ou indireta, (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida com instituições financeiras ou relativas a operações de mercado de capitais, ou ainda, qualquer dívida com terceiros, no montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), observados os prazos de cura de cada obrigação pecuniária eventualmente inadimplida, reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- (c) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, ou por qualquer de suas controladas ou coligadas, de quaisquer obrigações não pecuniárias decorrentes desta Escritura ou de qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, desde que não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura ou nos demais documentos relacionados às Debêntures;
- (d) caso qualquer dos documentos relacionados às Debêntures (exceto esta Escritura, sem prejuízo do disposto na alínea (d) da cláusula 7.1 acima) seja inexecutível, declarado nulo ou sem efeito, conforme sentença judicial ou decisão arbitral, ou tenha seu vencimento antecipado declarado conforme os termos e condições dele constantes;
- (e) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer das Fiadoras em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou valor equivalente em outra moeda), reajustado a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, pelo IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, salvo se tiver sido comprovado que (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras;
- (f) descumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras de qualquer decisão judicial transitada em julgado, de qualquer sentença arbitral definitiva de natureza condenatória, ou de qualquer decisão judicial, em todos os casos, que resulte em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial) e que envolva montante superior, individual ou agregado, a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou valor equivalente em outra moeda), reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão pelo IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;

- (g) requerimento por qualquer coligada da Emissora de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a coligada, não elidido no prazo e forma legais;
- (h) ocorrência de qualquer alteração adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, que possa vir a afetar de forma adversa a capacidade de pagamento da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras de suas obrigações relativas às Debêntures, que será avaliada a exclusivo critério de Debenturistas que representem, ao menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (i) autuação da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras por qualquer autoridade fiscal ou quaisquer órgãos governamentais de caráter ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, e/ou de qualquer das Fiadoras, a exclusivo critérios dos Debenturistas, que representem, ao menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, sem que a referida autuação esteja sendo discutida ou contestada de boa-fé pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nos termos da legislação aplicável;
- (j) existência de ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação, ou de qualquer outro modo adquirir, compulsoriamente a totalidade ou de parte substancial dos ativos, propriedades ou ações da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, que afetem as atividades atualmente praticadas pela Emissora e a sua capacidade de pagamento das obrigações relativas às Debêntures e/ou de qualquer das Fiadoras;
- (k) alteração do atual objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras que modifique as atividades atualmente por elas praticadas, ou que agregue a essas atividades novos negócios que possam representar desvios em relação aos atualmente desenvolvidos, com exceção de modificações que sejam necessárias para o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas a geração de energia através da valorização energética de resíduos;
- (l) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definida na Cláusula IX abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (m) ocorrência de qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras por prazo igual ou superior a 15 (quinze) dias corridos após a ocorrência do referido evento e que afete negativamente, a exclusivo critério dos Debenturistas, a capacidade de pagamento das obrigações relativas às Debêntures pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras;
- (n) contratação ou celebração pela Emissora e/ou pela Haztec Ambiental de qualquer operação de mútuo ou financiamento, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas que

representem, ao menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, exceto com relação a mútuos ou financiamentos (i) em valor igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), (ii) que sejam vinculados a recebíveis performados ou serviços já prestados incluindo, mas não se limitando, a adiantamentos de recebíveis, descontos de duplicatas ou notas promissórias, contratos de mútuo garantidos por cessão fiduciária de recebíveis performados; (iii) nos quais a Emissora e/ou a Haztec Ambiental atue como credora das demais Fiadoras, ou (iv) nos quais a Emissora e/ou a Haztec Ambiental atuem como credoras de suas controladas ou coligadas, desde que (x) a origem dos recursos de tais mútuos ou financiamentos seja proveniente de contratos de *project finance* celebrados pela Emissora e/ou a Haztec Ambiental junto a bancos de fomento, (y) a origem dos recursos de tais mútuos ou financiamentos seja proveniente da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia flutuante e garantias adicionais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Haztec Ambiental para investir nos projetos de *Waste to Energy* Barueri e Osasco, ou (z) tal mútuo ou financiamento seja relacionado aos projetos já aprovados no plano de negócio da Emissora e/ou a Haztec Ambiental, conforme listados do Anexo I a esta Escritura e considerados nos Índices Financeiros descritos na alínea (p) da cláusula 7.2 da presente Escritura;

(o) venda, transferência, doação ou cessão, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras de quaisquer de seus ativos, e/ou direitos sem a prévia, formal e expressa autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, exceto com relação a ativos e/ou direitos, conforme aplicável (i) com valor igual ou inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (ii) vinculados à área de águas e efluentes e equipamentos e sistemas da Haztec Ambiental; (iii) que sejam vendidos, cedidos, transferidos ou doados para qualquer das Fiadoras; ou (iv) ativos e/ou direitos cuja venda, transferência, doação ou cessão esteja prevista no âmbito dos projetos já aprovados no plano de negócio da Emissora e/ou da Haztec Ambiental, conforme listados do Anexo I a esta Escritura, observado o disposto na alínea (p) da cláusula 7.2 da presente Escritura;

(p) não cumprimento, pela Emissora, desde a data de assinatura desta Escritura até que todas as obrigações financeiras decorrentes desta Escritura e dos demais documentos relacionados às Debêntures sejam plenamente cumpridas, dos índices financeiros a seguir descritos ("Índices Financeiros"), calculados *pro forma*, conforme verificação anual, a ser realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora apuradas e auditadas pelos auditores independentes contratados pela Emissora (cada uma dessas datas, uma "Data de Verificação dos Índices Financeiros"), sendo que para o cálculo de tais índices não deverão ser considerados os projetos de *Waste-to-Energy* da Haztec Ambiental. A primeira verificação ocorrerá com relação aos números relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

(p.1) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a (i) 6,7 (seis inteiros e sete décimos) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013; (ii) 5,0 (cinco inteiros) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora referente ao exercício encerrado em 31 de

dezembro de 2014; (iii) 4,0 (quatro inteiros) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; (iv) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016; (v) 3,0 (três inteiros) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (vi) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) para as verificações realizadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor externo devidamente registrado junto à CVM da Emissora a partir do exercício iniciado em 31 de dezembro de 2018;

- (p.2) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD deverá ser maior ou igual a 1,0x (um inteiro);
- (p.3) as Despesas de Capital não deverão ser superiores a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) durante o ano de 2013; R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais) durante o ano de 2014; e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) durante o ano de 2015 em diante;

onde:

“Dívida Líquida” significa o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora (consideradas em bases não consolidadas) junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Emissora e o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos;

“EBITDA” significa o cálculo considerando as seguintes contas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora: receita operacional líquida (-) custo dos produtos vendidos (-) despesas gerais administrativas e de vendas (+) depreciação, amortização e exaustão (+) provisão de fechamento de aterros (+) provisão de pós-fechamento de aterros (+) despesas não recorrentes, ou seja, despesas de mesma natureza, ainda que não destinadas para a mesma finalidade, e que não tenham ocorrido em um dos dois anos anteriores ao exercício ou que não tenham uma probabilidade razoável de ocorrer nos dois anos seguintes;

“Margem EBITDA” significa a proporção percentual resultante do quociente entre o EBITDA e o Faturamento Líquido da Emissora;

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD” significa o índice de cobertura do serviço da dívida resultante da seguinte equação: EBITDA / Serviço da Dívida;

“Serviço da Dívida” significa, com respeito a qualquer período, a soma (sem duplicação) de (i) a Despesa Consolidada de Juros total e (ii) todos os pagamentos programados de principal da

Dívida Consolidada (incluindo o componente de principal de quaisquer pagamentos de Obrigações de Arrendamento Capitalizadas até o limite em que não estejam incluídos no EBITDA) pagos ou a pagar durante o período em questão, excluindo quaisquer quantias pagas com relação ao empréstimo *intercompany*; e

“Despesas de Capital” significa qualquer investimento em bens de capital (ativo imobilizado) e não incluem fusões, aquisições e projetos de *Waste-to-Energy*.

7.3. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 1 (um) Dia Útil. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

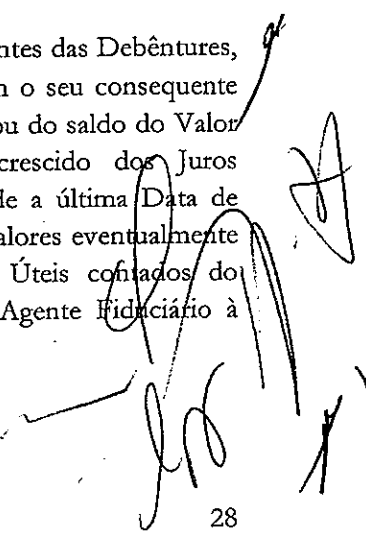
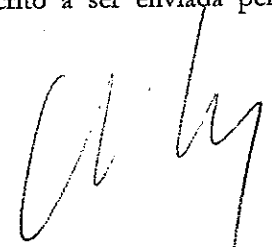
7.4. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos indicados na cláusula 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.5. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos previstos na cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.6. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na cláusula 7.5 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previsto na Cláusula XI desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, mediante a deliberação de titulares que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que, nesse caso, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura.

7.7. Na hipótese: (a) de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na cláusula 7.5 acima por falta de *quorum*; ou (b) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na cláusula 7.6 acima por titulares que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.8. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido.



7.9. Para verificação dos Eventos de Inadimplemento relativos às controladas da Emissora previstos nas cláusulas 7.1 e 7.2 acima, fica estabelecido que a Emissora deverá fornecer anualmente ao Agente Fiduciário: (a) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as controladas em 31 de dezembro do exercício anterior; e (b) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer de tais hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas com relação a suas controladas.

7.10. Adicionalmente, na hipótese de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas acerca da não declaração de vencimento antecipado do Evento de Inadimplemento previsto na alínea (h) da cláusula 7.2 acima, os Debenturistas deverão deliberar sobre a substituição de qualquer das Fiadoras, o que ocorrerá apenas mediante anuência expressa de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.10.1. Caso os Debenturistas deliberem sobre a substituição de qualquer das Fiadoras conforme previsto na cláusula 7.10 acima, a Emissora compromete-se a (a) formalizar a substituição da referida Fiadora por meio da celebração de um aditamento a esta Escritura; e (b) levar o aditamento a registro na JUCERJA e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e entregar via original registrada ao Agente Fiduciário, nos prazos e na forma previstos neste instrumento.

7.11. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência dos pagamentos referidos na cláusula 7.8. acima.

### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo atestando a manutenção dos Índices Financeiros; e (iii) Declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura;

(a.2) com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data de realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias, e prontamente fornecer cópias de todas as atas dessas Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como cópia das atas de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;

- (a.3) em até 1 (um) Dia Útil após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;
- (a.4) no menor prazo possível, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito na forma prevista na Cláusula XIII;
- (a.5) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;
- (a.6) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações relativas à Escritura perante os Debenturistas;
- (a.7) na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório elaborado pela Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, caso aplicável;
- (a.8) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de solicitação do Agente Fiduciário e para fins da elaboração do relatório de que trata a alínea (m) da cláusula 10.4.1 desta Escritura, cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, controladas, sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (a.9) todos os demais documentos e informações que a Emissora deva apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta.
- (a.10) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, uma via original registrada de cada um dos Contratos de Garantia Real.
- (a.11) em cada Data de Verificação dos Índices Financeiros, laudo de verificação anual do valor das garantias representadas pelo Contrato de Garantia Real, exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos, elaborado por auditores independentes contratados pela Emissora ("Laudos de Avaliação das Garantias Reais").
- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras consolidadas anuais;

- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso, mediante o recebimento de comunicação a ser enviada pelo Agente Fiduciário com até 1 (um) Dia Útil de antecedência: (i) aos relatórios do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras consolidadas; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, para atendimento às suas obrigações previstas na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (d) convocar, nos termos da Cláusula XI desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir com todas as determinações emanadas da CETIP e/ou CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, ou valer-se de estruturas de autosseguro;
- (h) não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e com a presente Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (i) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessárias ao regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e pela Haztec Ambiental, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto, exceto aqueles cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para: (i) suas atividades ou situação financeira; (ii) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura; ou para (iii) assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações ou, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de tal perda, revogação ou cancelamento, a Emissora e/ou a Haztec Ambiental comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da Haztec Ambiental até a renovação ou obtenção dos referidos alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações, observada a cláusula 7.2 (i);  
  
"Impacto Adverso Relevante" significa a ocorrência de qualquer alteração nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, suas controladas e/ou qualquer das Fiadoras, que possa vir a afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprimento de suas obrigações relativas às Debêntures, a exclusivo critério de no mínimo 90% dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
- (j) exceto com relação aqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;



- (k) manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais desses bens;
- (l) durante o prazo de vigência das Debêntures, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Escritura, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data da celebração da presente Escritura;
- (m) exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (n) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- (o) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento, exceto com relação a aqueles contratos e acordos cujo cancelamento ou término não gere um Impacto Adverso Relevante, a critério dos Debenturistas;
- (p) manterá os Índices Financeiros previstos na alínea (p) da cláusula 7.2 desta Escritura;
- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

não constituir garantias de qualquer espécie a favor de terceiros, sejam elas reais ou fidejussórias, sem a prévia, formal e expressa autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, exceto com relação a garantias reais ou fidejussórias outorgadas pela Emissora (i) em favor Fiadoras, (ii) para possibilitar a participação da Emissora e/ou suas controladas em processos licitatórios públicos e privados, (iii) em favor das controladas e/ou coligadas da Emissora, desde que a garantia seja outorgada (x) no âmbito de contratos de *project finance* celebrados pela Emissora, suas controladas e/ou coligadas, junto a bancos de fomento ou (y) no âmbito dos projetos já aprovados no plano de negócio da Emissora e/ou da Haztec Ambiental, conforme consta do Anexo I a esta Escritura, observado o disposto na alínea (p) da cláusula 7.2 da presente Escritura;

- (r) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada;
- (s) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (t) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao coordenador líder da oferta; e
  - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (u) realizar, em até 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, reorganização societária entre Haztec Ambiental e a Foxx Holding, de forma que a Haztec Ambiental passe a deter o controle, direto ou indireto, de todas as sociedades de propósito específico relacionadas aos projetos de *Waste-to-Energy* atualmente desenvolvidos pela Foxx Holding;
- (v) no prazo máximo de 90 (noventa dias) contados da Data de Emissão, apresentar laudo de avaliação referente ao valor das ações de emissão da Ecopesa, elaborado por auditor independente contratado pela Emissora e/ou pela Haztec Ambiental para esse fim;
- (w) realizar aumento de capital: (i) no valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) em até 10 (dez) dias após a Data de Integralização das Debêntures; e (ii) no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em até 40 (quarenta) dias após a Data de Integralização das Debêntures;
- (x) no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão ou no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva transferência das ações de emissão da CTR Alcântara para a Haztec Ambiental, o que ocorrer primeiro, fazer com que a CTR Alcântara outorgue garantia fidejussória com relação as obrigações da Emissora nesta Escritura, por meio de assinatura de aditamento a esta Escritura;
- (y) no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão ou no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva transferência das ações de emissão da CTR Alcântara para a Haztec Ambiental, o que ocorrer primeiro, formalizar a Alienação Fiduciária das Ações da CTR Alcântara, por meio da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara, na forma do Anexo II;
- (z) no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão ou no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva transferência das ações de emissão da CTR Alcântara para a Haztec Ambiental, o que ocorrer primeiro, formalizar a Cessão Fiduciária dos

- Recebíveis da CTR Alcântara, por meio da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara, na forma do Anexo III; e
- (aa) no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão, obter a anuência da Synthesis Empreendimentos Ltda. para a alienação fiduciária das Ações da Ecopesa Ambiental S.A., conforme descrito no Contrato de Alienação Fiduciária das Ações da Ecopesa, firmado nesta data.

## CLÁUSULA IX DISPOSIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

9.1. A Emissora declara que respeita nesta data e que respeitará por toda a vigência desta Escritura a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como declara que suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental") e que a utilização dos recursos obtido por meio da Emissão de Debêntures não implicará na violação da Legislação Socioambiental.

9.2. A Emissora obriga-se a cumprir com as obrigações oriundas da Legislação Socioambiental, bem como obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, autorizações, permissões, certificados, registros etc.) nela previstos, e manter as licenças, autorizações, outorgas ambientais e demais certificados e registros necessários ao regular desempenho de suas atividades em plena vigência e eficácia.

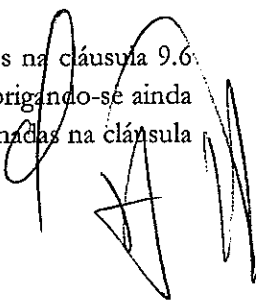
9.3. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, todos os documentos mencionados nesta cláusula "Disposições Socioambientais" (incluindo, mas não se limitando, aos documentos necessários para atestar o cumprimento da Legislação Socioambiental) e/ou quaisquer outras informações relativas a aspectos socioambientais relacionados à sua atividade.

9.4. A Emissora informará ao Agente Fiduciário, por escrito, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas a esta Escritura (a) descumprimento da Legislação Socioambiental; (b) ocorrência de dano ambiental; e/ou (c) instauração e/ou existência de processo administrativo ou judicial relacionado a aspectos socioambientais.

9.5. A Emissora, independentemente de culpa, (a) ressarcirá os Debenturistas de qualquer quantia que estes incorram ou sejam compelidos a pagar, inclusive para defesa de seus interesses, assim como (b) indenizará os Debenturistas por qualquer perda ou dano, inclusive as suas imagens, que os Debenturistas venham a experimentar em decorrência de dano ambiental relacionado às atividades da Emissora.

9.6. A Emissora declara, para todos os fins e efeitos jurídicos, que não exerce, na presente data, nenhuma atividade relacionada à pesquisa ou projeto com o fim (a) de obter Organismos Geneticamente Modificados - OGM e seus derivados ou (b) de avaliar a biossegurança desses organismos, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e ao descarte de OGM e/ou seus derivados.

9.7. A Emissora se obriga, na hipótese de iniciar qualquer das atividades previstas na cláusula 9.6 acima durante a vigência do presente instrumento, a informar o Agente Fiduciário, obrigando-se ainda a não utilizar os recursos oriundos do presente instrumento para as atividades mencionadas na cláusula 9.6 acima.



## CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

### 10.1 Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão o PLANNER TRUSTEE DTVMLTD., qualificado no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

10.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

10.1.3. Além da presente Emissão, o Agente Fiduciário não atua em qualquer outra emissão de debêntures da Emissora, nem de sociedade coligada, controladas, controladora ou integrante de seu grupo econômico.

### 10.2 Remuneração do Agente Fiduciário

10.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) Dias Úteis após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar a comunhão dos titulares das Debêntures;
- (b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação das condições das Debêntures após Data de Emissão, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário: (i) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (ii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas em tais eventos; sendo que, em qualquer dos casos, a remuneração adicional deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do respectivo "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (x) dos prazos de pagamento e (y) das condições relacionadas ao vencimento antecipado;
- (c) a remuneração prevista nas alíneas (a) e (b) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão ou da última

data de pagamento da remuneração, conforme aplicável), até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;

- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) as parcelas referidas acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (g) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

### 10.3 Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário ser impedido de continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

10.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na cláusula 10.3.1 acima.

10.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução da CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCERJA na forma da Cláusula V desta Escritura.

10.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

10.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 10.4 Deveres do Agente Fiduciário

10.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos Jornais de Publicação;
- (k) enviar à CVM e à CETIP, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
  - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;  
e
  - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controladas, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
    - (xi.1) denominação da companhia ofertante;



- (xi.2) valor da emissão;
  - (xi.3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (xi.4) espécie;
  - (xi.5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (xi.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (xi.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (n) colocar o relatório de que trata a alínea (m) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) sede da Emissora;
  - (ii) seu escritório;
  - (iii) CVM;
  - (iv) CETIP; e
  - (v) sede dos Coordenadores.
- (o) publicar às custas da Emissora, nos Jornais de Publicação, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado na alínea (m) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste subitem, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

- (s) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar acerca de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora;
- (t) acompanhar diariamente o cálculo do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.fiduciario.com.br>);
- (u) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (v) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (w) observar a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias durante a vigência das Debêntures;
- (x) verificar anualmente, em cada Data de Verificação dos Índices Financeiros, a manutenção dos Índices Financeiros e informar imediatamente aos Debenturistas qualquer descumprimento do referidos Índices Financeiros; e
- (y) divulgar as informações referidas na alínea (m) do inciso (xi) desta cláusula 10.4.1 em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.fiduciario.com.br>) tão logo delas tenha conhecimento.

## 10.5 Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias, observados os termos e condições desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real, aplicando o produto da excussão na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim

o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

10.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas detentores de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral.

10.5.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.5.6. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

## 10.6 Despesas

10.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, as quais devem, sempre que excedam o montante de R\$5.000,00 (cinco mil reais), ser previamente aprovadas pela Emissora.

10.6.2. O ressarcimento a que se refere esta cláusula 10.6 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

10.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de

terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo.

10.6.4. As despesas a que se refere esta cláusula 10.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (d) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas cláusulas 10.6.1 e 10.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

## 10.7 Declarações do Agente Fiduciário

10.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;

- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (l) que verificará a regularidade da constituição e formalização das Garantias antes da Data de Integralização, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (m) que os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (n) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (o) que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões em que venha a atuar como agente fiduciário, conforme descritas na cláusula 10.1.3 acima.

## CLÁUSULA XI ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas", "Assembleias Gerais" ou "Assembleias") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 11.1. Convocação

11.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar todos os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

11.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

11.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

11.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas, nos termos desta Escritura e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

## 11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de: (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência caberá exclusivamente a um representante do Debenturista presente eleito pela maioria dos Debenturistas presentes na Assembleia Geral, ou, ainda, àquele que for designado pela CVM, quanto a secretaria caberá ao representante do Agente Fiduciário.

## 11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no

mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, salvo se quorum diferente for estabelecido na regulamentação aplicável.

#### 11.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

11.5.1. Os representantes legais da Emissora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais.

11.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

### CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

12.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures, a constituir as Garantias Reais prestadas pela Emissora e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 476 constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração desta Escritura, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;
  - (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou
  - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) todas as informações prestadas no âmbito da Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (g) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo disposto a seguir: (i) arquivamento desta Escritura na JUCERJA; (ii) registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21;
- (h) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; exceto (i) no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante; (ii) para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças; ou (iii) nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à execução das suas atividades, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e/ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (j) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar Impacto Adverso Relevante, exceto aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras consolidadas;
- (l) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição das Debêntures;
- (m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;



- (n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP;
- (q) a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora, as Fiadoras e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé


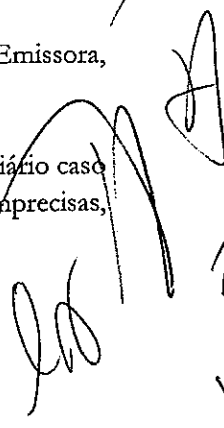
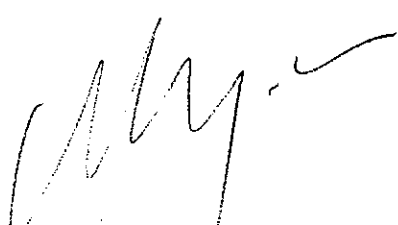
12.2. Cada uma das Fiadoras, individualmente, declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar a presente Escritura, a constituir a Garantia Fidejussória e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui assumidas constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da respectiva Fiadora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações da respectiva Fiadora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a respectiva Fiadora, , nem irão resultar em:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos;
  - (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou
  - (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (f) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades ou situação financeira; (ii) para as quais a respectiva Fiadora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças; ou (iii) nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;

- (g) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à execução de suas atividades, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela respectiva Fiadora e/ou para as quais a respectiva Fiadora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (h) suas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios financeiros encerrados, no caso da Haztec Ambiental, em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e, no caso das Fiadoras, em 31 de dezembro de 2011, representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes, não houve nenhum Impacto Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a respectiva Fiadora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a respectiva Fiadora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da respectiva Fiadora;
- (i) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a lhe causar Impacto Substancial Relevante, exceto aqueles (i) relatados nas suas demonstrações financeiras consolidadas; e (ii) em relação à Haztec Ambiental, a arbitragem em curso na presente data na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, envolvendo a Haztec Ambiental e a Biogás Energia Ambiental S.A.;
- (j) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP; e
- (l) a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora, as Fiadoras e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

12.3. A Emissora e as Fiadoras comprometem-se a imediatamente notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.



## CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

### 13.1. Comunicações

13.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.  
Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar – Cidade Nova  
20260-080, Rio de Janeiro – RJ  
At: Samuel Cavalcanti/ Ana Paula Bacaltchuc  
Telefone: (21) 3974-6172  
Fac-símile: (21) 3974-6150  
E-mail: [samuel.cavalcanti@haztec.com.br](mailto:samuel.cavalcanti@haztec.com.br) / [ana.bacaltchuc@haztec.com.br](mailto:ana.bacaltchuc@haztec.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

PLANNER TRUSTEE DTVMLTD.A.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi  
04538-132, São Paulo - SP  
At: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso  
Telefone: (11) 2172-2628  
Fac-símile: (11) 3078-7264  
E-mail: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br); [f@planner.com.br](mailto:f@planner.com.br)

**Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:**


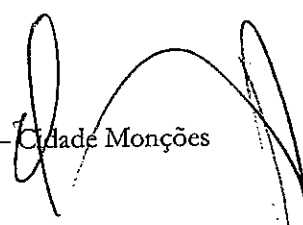
BANCO BRADESCO S.A.  
Departamento de Ações e Custódia  
Cidade de Deus, Vila Yara, 2º Andar, Prédio Amarelo  
Osasco - SP  
At.: Marcelo Ronaldo Poli  
Tel.: (11) 3684-7654  
Fax: (11) 3684-5645  
E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

**Para as Fiadoras:**

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.  
Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar – Estácio  
20.260-080, Rio de Janeiro – RJ  
At: Ana Paula Bacaltchuc  
Telefone: (21) 3974-6172  
Fac-símile: (21) 3974-6150  
E-mail: [ana.bacaltchuc@haztec.com.br](mailto:ana.bacaltchuc@haztec.com.br)

**FOXX HOLDING S.A.**

Rua Samuel Morse, 134, 3º andar, sala B – Cidade Monções  
04.576-060, São Paulo – SP



At: Ismar Machado Assaly  
Telefone: (11) 5103-5300  
E-mail: [ismar.assaly@foxxpart.com.br](mailto:ismar.assaly@foxxpart.com.br)

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE BARRA MANSA S.A.  
Rodovia RJ 157 s/n – Fazenda Barra das Antas – Cotiara  
CEP 27301-970, Barra Mansa – RJ  
At.: Vilmar Anselmo Felipetto  
Telefone: (21) 3974-6172 / (21) 9989-8640  
Fac-símile: (21) 3974-6150  
Email: [vilmar.felipetto@haztec.com.br](mailto:vilmar.felipetto@haztec.com.br)

13.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

### 13.2. Renúncia


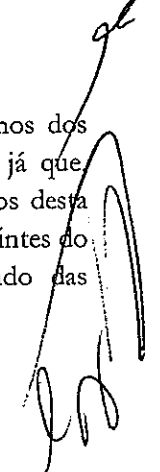
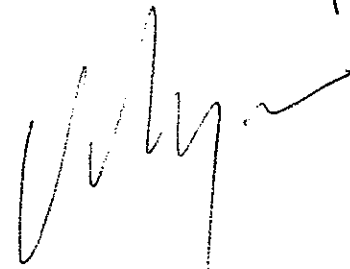
13.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 13.3. Lei Aplicável

13.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### 13.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



### 13.5. Irrevogabilidade; Sucessores

13.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

### 13.6. Independência das Disposições da Escritura

13.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### 13.7. Despesas

13.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e seus aditamentos na JUCERJA e nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora e Contratos de Garantia Real;
- (d) pelos honorários e despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário; e
- (e) decorrentes de futuros aditamentos dos documentos relacionados a Emissão.

### 13.8. Substituição de Prestadores de Serviços

13.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quorum para aprovação deverá ser o da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral.

13.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na cláusula 13.8.1 acima deverá ser proporcional àquela paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

### 13.9. Cômputo dos Prazos

13.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

### 13.10. Foro

13.10.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

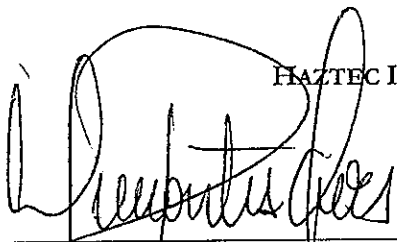
Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2013.

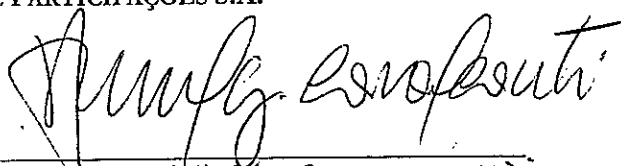
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Página de assinaturas 1/6 da "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

  
Nome: FRANCISCO BRUNO NEVES  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

  
Nome: SAMUEL CAVALCANTI  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

20



9

7



(Página de assinaturas 2/6 da "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:

Cargo:

Artur M. de Figueiredo  
Diretor

Nome:

Cargo:

Flávio D. Aguetoni  
Procurador



(Página de assinaturas 3/6 da "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

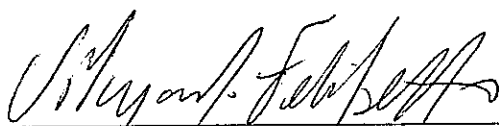
HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.

Nome: FRANCISCO MUNO NEVES  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

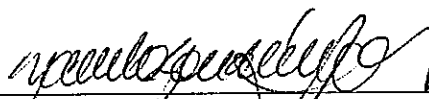
Nome: SAMUEL CAVALCANTE  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

(Página de assinaturas 4/6 da "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

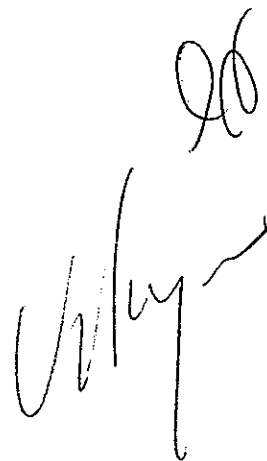
CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS BARRA MANSA S.A.



Nome: WILMAR FELIPETTO  
Cargo: DIRETOR



Nome: MARCELO GOUDIM DOS SANTOS  
Cargo: PROCURADOR



(Página de assinaturas 5/6 da "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

FOXX HOLDING S.A.

Nome: ISMAR ASSALY  
Cargo: DIRETOR

Nome: MILTON PILÃO  
Cargo: DIRETOR

-8FEV 1068453

ARQUIVADA Cópia em Microfilme  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

(Página de assinaturas 6/6 da "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.")

Testemunhas:

Nome:

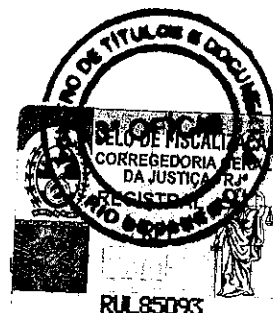
CPF:

Tatiana Lima  
RG. 32.493.835-4

Nome:

CPF:

Juliana Couto Reis  
RG: 1209744



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua da Galtanda, 527, 2º and. Centro - Rio de Janeiro - RJ

Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e seus apostos ineficazmente. OTQUE CERTIFICO

<input type="checkbox"/>	Bel. RAULATO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input type="checkbox"/>	Miriam Sam'Ana Castelpoggi	- 1.º Oficial Substituto
<input checked="" type="checkbox"/>	Ricardo V. Mourinho Antunes	- 2.º Oficial Substituto

-8FEV 1983 1068453

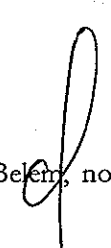
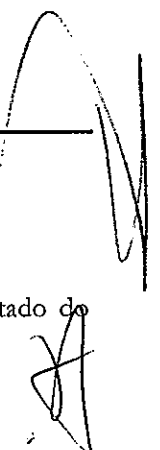

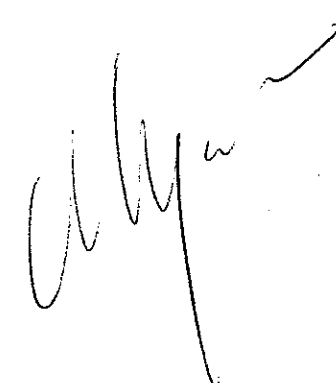



ANOTADA COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

ANEXO I

LISTA DE PROJETOS

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 152 - 3.º AND. CENTRO/RJ

  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

- Central de Tratamento de Resíduos de Belém, situado na Cidade de Belém, no Estado do Pará.
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 

ANEXO II  
MINUTA DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES DA CTR  
ALCÂNTARA

---

Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA  
DE AÇÕES DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS  
ALCÂNTARA S.A. E OUTRAS AVENÇAS**

entre

**HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.**  
*como Alienante Fiduciária*

e

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**  
*como Agente Fiduciário, representando a totalidade dos Debenturistas credores fiduciários*

com a interveniência anuência da

**CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.**  
*como emissora das Ações Alienadas*

Datado de

[data]



## ÍNDICE

DEFINIÇÕES .....	3
CLÁUSULA I ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES EM GARANTIA .....	7
CLÁUSULA II AVERBAÇÕES E REGISTROS .....	10
CLÁUSULA III VENCIMENTO ANTECIPADO E EXECUÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA .....	11
CLÁUSULA IV DIREITO DE VOTO .....	14
CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA ALIENANTE .....	15
CLÁUSULA VI DECLARAÇÕES E GARANTIAS .....	17
CLÁUSULA VII ALTERAÇÕES REFERENTES ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS .....	18
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO .....	19
CLÁUSULA IX DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19
ANEXO I CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS .....	I-1

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO RJ - RUA  
DA QUITANDA Nº 2, 3.º AND. CENTRO RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

*[Handwritten signatures and initials]*



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE AÇÕES DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A. E OUTRAS AVENÇAS**

O presente "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças", datado de [data] ("Contrato"), é celebrado por e entre:

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUINTA 52 - 3.º ANDAR - CENTRO RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

I. na qualidade de alienante fiduciária das Ações Alienadas (conforme definido abaixo),

**HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, bairro Estácio, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.279.285/0001-30, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Alienante"); e

II. na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas (conforme definido abaixo) beneficiários da alienação fiduciária objeto deste Contrato,

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

com a interveniência anuência de:

III. na qualidade de companhia emissora das Ações Alienadas,

**CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Anaia s/nº, Almerinda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.090.691/0001-00, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("CTR Alcântara");

sendo a Alienante, o Agente Fiduciário e a CTR Alcântara doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

(A) em 6 de fevereiro de 2013, a Haztec Investimentos e Participações S.A. ("HIP" ou "Emissora"), na qualidade de companhia emissora, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"), celebraram a "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), por meio da qual a HIP realizou sua 4ª (quarta) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 280 (duzentas e oitenta)

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias, em série única, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de sua emissão ("Debêntures"), perfazendo o montante total de até R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) na respectiva data de emissão das Debêntures;

(B) [a Alienante é a controladora da CTR Alcântara, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme definido abaixo), sendo a Alienante a legítima titular de [●] ([●]) ações ordinárias de emissão da CTR Alcântara; representativas de [●]% ([●] por cento) de seu capital social total]; e

(C) em garantia do fiel, correto, integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela HIP perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real (conforme definido abaixo), a Alienante se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, as Ações Alienadas e seus respectivos proventos decorrentes do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio, bem como todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídas às Ações Alienadas;

RESOLVEM as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

## DEFINIÇÕES

Os termos utilizados no presente Contrato iniciados em letras maiúsculas, estejam no singular ou no plural, terão os significados indicados abaixo. Os termos que não sejam definidos de outra forma neste Contrato terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão.

Ações Alienadas:

têm o significado que lhe é atribuído na alínea "a" da cláusula 1.1 deste Contrato.

Agente Fiduciário:

tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato.

Alienante:

tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato.

AGD:

significa Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula XI da Escritura de Emissão;

Banco Administrador:

tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental.

BM&FBOVESPA:

é a BM&FBOVESPA S.A. — Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO MOURINHO ANTUNES  
2.º ORIGINAL SUBSTITUTO

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

CNPJ/MF:

tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato.

Código Civil:

é a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Código de Processo Civil:

é a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.

Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos:

são, em conjunto, os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Estado de São Paulo, e São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, competentes para o registro deste Contrato.

Conta Vinculada Haztec:

é a conta-corrente nº [●], de titularidade da Cedente, não movimentável pela Cedente, mantida na agência [●] do Banco Administrador, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental;

Contrato:

é o presente "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças", celebrado entre as Partes nesta data.

Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental:

é o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. em Garantia e Outras Avenças", firmado em 6 de fevereiro de 2013;

Contratos de Garantia Real:

são, em conjunto, os seguintes instrumentos (de acordo com as respectivas definições constantes da Escritura de Emissão): (a) este Contrato; (b) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara; (c) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa; (d) o Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos; (e) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental; (f) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara; e (g) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara.

CTR Alcântara:

tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Contrato.

Debêntures:

têm o significado que lhe é atribuído no considerando "A" deste Contrato.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Debenturistas:

têm o significado que lhe é atribuído no considerando "A" deste Contrato.

Decreto-Lei 911:

é o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969 conforme alterado.

Dia(s) Útil(eis):

tem o significado que lhe é atribuído na Escritura de Emissão.

Direitos Adicionais:

têm o significado que lhe é atribuído na alínea "c" da cláusula 1.1 deste Contrato.

Direitos Creditórios Adicionais:

têm o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.1.3(b) do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental.

Empresas de Auditoria:

são a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, KPMG Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Escritura de Emissão:

tem o significado que lhe é atribuído no considerando "A" deste Contrato.

HIP:

é a Haztec Investimentos e Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, bairro Estácio, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.421.994/0001-36.

Índices Financeiros:

têm o significado que lhe é atribuído na Escritura de Emissão.

Laudo de Avaliação:

tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.4 deste Contrato.

Laudos de Avaliação das Garantias Reais:

são os laudos de verificação anual do valor das garantias representadas pelos Contratos de Garantia Real, exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos, a serem entregues pela HIP ao Agente Fiduciário nos termos da alínea (a.11) da cláusula 8.1 da Escritura de Emissão.

Lei das Sociedades por Ações:

é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

Lei nº 4.728:

é a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

Limite Mínimo Global das Garantias

Reais:

é a proporção, em valores percentuais, entre: (a) o montante resultante do somatório do valor dos ativos dados em garantia real por meio dos seguintes instrumentos (de acordo com as respectivas definições constantes da Escritura de Emissão): (i) este Contrato; (ii) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec; (iii) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara; (iv) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara; e (vi) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara; e (b) o saldo devedor das Obrigações Garantidas, em determinada data de referência, nos termos da cláusula 3.5.2 da Escritura de Emissão;

Mudança Adversa Relevante:

é a ocorrência de qualquer alteração relevante nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Alienante, que possa vir a afetar de forma adversa a capacidade da Alienante de cumprimento de suas obrigações relativas às Debêntures.

Obrigações Garantidas:

têm o significado que lhes é atribuído na cláusula 1.1 do presente Contrato.

Parte(s):

tem o significado que lhes é atribuído no preâmbulo do presente Contrato.

Prazo Médio Final Ponderado:

Significa o produto entre o saldo devedor de cada uma das dívidas da HIP e o seu prazo final de vencimento, assim como definido na cláusula 3.5.3 da Escritura de Emissão.

Prazo de Vigência:

tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.6 deste Contrato.

Valor das Ações Alienadas:

tem o significado que lhe é atribuído na alínea "a" da cláusula 1.1 deste Contrato.

Verificação do Valor Econômico:

tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.4 deste Contrato.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL CIBERNETICA

## CLÁUSULA I ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES EM GARANTIA

1.1. Em garantia do correto, fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias da HIP assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, incluindo, sem limitação, (a) os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração, (b) todos os encargos moratórios e multas decorrentes de eventual atraso, pela HIP, no cumprimento de suas obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures; e (c) todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela HIP com relação às Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Alienante, por este Contrato e na melhor forma de direito, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 66-B da Lei 4.728, do Decreto-Lei 911 e, conforme aplicável, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, aliena e transfere fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta (permanecendo a Alienante com a posse direta) dos seguintes bens e direitos:

(a) [●] ([●]) ações ordinárias de emissão da CTR Alcântara e de titularidade da Alienante, com valor econômico de R\$ [●] ([●] reais), tendo sido este valor apurado na data base de [●], conforme relatório emitido em [●] por [●] ("Valor das Ações Alienadas"), ações essas que representam [●]% ([●] por cento) do capital social total da CTR Alcântara ("Ações Alienadas");

(b) quaisquer ações, valores mobiliários e demais direitos representativos do capital social da CTR Alcântara e de titularidade da Alienante que, a partir desta data, eventualmente sejam emitidos em razão de, sem limitação, desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações vinculadas às Ações Alienadas (sendo que tais novas ações, valores mobiliários e demais direitos passarão a integrar automaticamente a definição de "Ações Alienadas");

(c) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos expressamente às Ações Alienadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas sejam convertidas, inclusive quaisquer certificados de depósitos, valores mobiliários ou títulos de crédito (sendo todos os bens e direitos referidos nesta alínea "c" doravante denominados, em conjunto, "Direitos Adicionais"); e

(d) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que, a partir desta data, eventualmente substituam as Ações Alienadas, em razão do cancelamento destas, ou de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a CTR Alcântara (sendo que tais novas ações, valores mobiliários e demais direitos passarão a integrar automaticamente a definição de "Ações Alienadas").

1.1.1. Para os fins das alíneas "b" e "d" da cláusula 1.1 acima, a Alienante obriga-se a informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas alíneas, enviando-lhe cópia de todos os documentos relativos ao respectivo evento, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência. As Partes obrigam-se a aditar o presente Contrato no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a ocorrência de qualquer um dos eventos descritos nas alíneas "b" e "d" da cláusula 1.1 acima, de forma a incluir no objeto da presente alienação fiduciária quaisquer ações, valores mobiliários e/ou demais direitos decorrentes do respectivo evento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. - CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

1.1.2. As Obrigações Garantidas tem suas características devidamente descritas no Anexo I ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B da Lei nº 4.728.

1.2. Caso, em qualquer data de Verificação do Valor Econômico, por qualquer razão, o valor econômico das Ações Alienadas se torne inferior ao Valor das Ações Alienadas e, por esse motivo, o Limite Mínimo Global das Garantias Reais deixe de ser observado, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, notificar os Debenturistas e comunicar a Alienante sobre o não atendimento ao Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

1.2.1. Em até 30 (trinta) dias corridos contados da data de recebimento da comunicação a que se refere a cláusula 1.2 acima, a Alienante deverá recompor o Limite Mínimo Global das Garantias, sob pena de se caracterizar a Hipótese de Vencimento Antecipado prevista na alínea "xix" da cláusula 4.1 da Escritura de Emissão, mediante:

- (a) a cessão fiduciária de Direitos Creditórios Adicionais, observados os termos, prazos e critérios de elegibilidade definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental; e/ou
- (b) a oneração de bens ou direitos aprovados pela totalidade dos Debenturistas reunidos em AGD.

1.2.2. Na hipótese da alínea (b) da cláusula 1.2.1 acima, a Alienante deverá enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da comunicação a que se refere a cláusula 1.2 acima, comunicação indicando quais bens ou direitos serão onerados aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, acompanhada, se aplicável, da carta de anuência prévia do(s) respectivo(s) devedor(es) nesse sentido, de forma a recompor o Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

1.2.3. No prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis contados da data de recebimento das comunicações a que se refere a cláusula 1.2.2 acima, o Agente Fiduciário, conforme instruído pelos Debenturistas, comunicará a Alienante sobre a aceitação, pela totalidade dos Debenturistas reunidos em AGD, dos bens ou direitos onerados, em montante suficiente para restabelecer o Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

1.2.4. As Partes se obrigam, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da comunicação a que se refere a cláusula 1.2.3 acima, a formalizar a oneração dos bens e/ou direitos, conforme aplicável, devendo, para tanto, celebrar os respectivos contratos de garantia e levá-los a registro nos termos e prazos da cláusula 2.2. abaixo.

1.3. Caso, em qualquer data de Verificação do Valor Econômico a partir da primeira verificação dos Índices Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão, o valor econômico das Ações Alienadas, somado ao valor dos ativos dados em garantia real por meio dos Contratos de Garantia Real (exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos) excedam o Limite Mínimo Global das Garantias Reais aplicável à referida data de Verificação do Valor Econômico, e desde que (a) os Índices Financeiros estejam sendo cumpridos; (b) nenhum evento de inadimplemento das obrigações decorrentes das Debêntures ou Hipótese de Vencimento Antecipado tenha ocorrido, ou mesmo nenhuma hipótese de Vencimento Antecipados dos Contratos de Garantias Reais tenha ocorrido; e (c) desde que o Prazo Médio Final Ponderado da dívida consolidada da Emissora seja superior a 7 (sete) anos, o valor total das Garantias Reais, consideradas em conjunto, excetuada a Cessão Fiduciária de Dividendos e observado os resultados apresentados nos Laudos de Avaliação das Garantias Reais, os

Debenturistas reunidos em AGD deverão instruir o Agente Fiduciário a liberar percentual de quaisquer das garantias representadas pelos Contratos de Garantia Real (exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos) em montante suficiente para atingir o Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

1.3.1. Uma vez atingido o Limite Mínimo Global das Garantias Reais aplicável de 120% (cento vinte por cento), após a Data de Verificação dos Índices Financeiros referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, conforme previsto na Escritura, o Prazo Médio Final Ponderado da dívida consolidada da Emissora não mais será considerado para fins de verificação da manutenção pela Emissora do Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

1.4. Para fins do disposto nas cláusulas 1.2 e 1.3 acima e sem prejuízo do estabelecido na cláusula 1.4.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá verificar o valor econômico das Ações Alienadas anualmente, em até 3 (três) meses contados da data de divulgação das demonstrações financeiras auditadas de cada exercício social da CTR Alcântara ("Verificação do Valor Econômico"), sendo que a primeira Verificação do Valor Econômico deverá ocorrer após a primeira verificação dos Índices Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão. As Verificações do Valor Econômico deverão ser realizadas com base em laudo de avaliação a ser recebido pelo Agente Fiduciário ("Laudo de Avaliação"), o qual: (a) não poderá ter uma data base anterior a 3 (três) meses da data da respectiva Verificação do Valor Econômico; (b) deverá ser elaborado por sociedade especializada nesse tipo de atividade, sociedade esta que deverá ter reputação ilibada e deverá ter emitido, nos últimos 12 (doze) meses contados da data da respectiva Verificação do Valor Econômico, laudos de avaliação relativos a cálculos de valor econômico de ações no âmbito de operações de fusões e aquisições de companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA e/ou companhias, ainda que fechadas ou não listadas na BM&FBOVESPA, cujo faturamento anual tenha sido superior a R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e (c) deverá ser encaminhado pela Alienante ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis à data da respectiva Verificação do Valor Econômico.

1.4.1. Observados os requisitos estabelecidos na cláusula 1.4 acima, a Alienante apresentará ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em até 60 (sessenta) dias corridos antes da data da próxima Verificação do Valor Econômico: (a) Laudo de Avaliação elaborado por qualquer uma das Empresas de Auditoria; ou (b) comunicação escrita contendo a qualificação de 3 (três) sociedades aptas a elaborar o respectivo Laudo de Avaliação, que não as Empresas de Auditoria, para que então os Debenturistas escolham uma dessas sociedades. O Agente Fiduciário deverá informar à Alienante a sociedade escolhida para elaborar o respectivo Laudo de Avaliação em até 20 (vinte) dias corridos contados da data do recebimento, pelo Agente Fiduciário, da comunicação escrita enviada pela Alienante indicando as respectivas sociedades.

1.4.2. O critério a ser utilizado para avaliação do Valor das Ações Alienadas pela sociedade que elaborará o Laudo de Avaliação será o de fluxo de caixa descontado, que em linhas gerais consiste no desconto ao valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados do ativo em avaliação para o período de projeção e posterior ajuste por ativos e passivos não operacionais.

1.4.3. Qualquer das Partes poderá solicitar que a Verificação do Valor Econômico seja realizada em periodicidade inferior àquela prevista na cláusula 1.4 acima, observado que, caso referida solicitação venha a ser realizada pelos Debenturistas, reunidos em AGD, representados pelo Agente Fiduciário, os Debenturistas deverão apresentar justificativa simples que demonstre a ocorrência ou iminência de um fato que possa ocasionar Mudança Adversa Relevante ou que possa afetar o preço das Ações Alienadas.



1.4.4. Fica desde já acordado entre as Partes que, independentemente de quem solicitar a Verificação do Valor Econômico, todos e quaisquer custos e despesas incorridas com referida verificação (incluindo, mas não se limitando a, a elaboração do Laudo de Avaliação) serão arcados integralmente pela Alienante.

1.5. A Alienante e a CTR Alcântara se obrigam a fazer com que todos os recursos representativos dos Direitos Adicionais sejam pagos na Conta Vinculada Haztec, a qual será movimentada de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental (conforme definido na Escritura de Emissão).

1.6. A alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato permanecerá íntegra e em pleno vigor a partir desta data e até a data em que ocorrer um dos seguintes eventos ("Prazo de Vigência"):

(a) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou (b) que seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido o produto da excussão das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais de forma definitiva e incontestável. Liquidadas as Obrigações Garantidas, conforme certificado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em notificação nesse sentido a ser enviada à Alienante, este Contrato ficará imediatamente terminado de pleno direito, e as Ações Alienadas e os Direitos Adicionais serão liberados do gravame por este Contrato criado às custas da Alienante, devendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, assinar e entregar no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento de solicitação nesse sentido a ser enviada pela Alienante, o termo de quitação devido e tomar toda e qualquer medida necessária à liberação de tais Ações Alienadas e Direitos Adicionais.

## CLÁUSULA II AVERBAÇÕES E REGISTROS

2.1. A Alienante obriga-se a, até a data de assinatura deste Contrato, e em até 2 (dois) Dias Úteis após qualquer emissão, recebimento ou aquisição, ocorrida a partir desta data, de quaisquer Ações Alienadas ou Direitos Adicionais passíveis da averbação prevista nesta cláusula 2.1, averbar a alienação fiduciária objeto do presente Contrato nos Livros de Registro de Ações Nominativas da CTR Alcântara, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, com a seguinte anotação:

*"[●]([●]) ações ordinárias emitidas pela Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. detidas, na presente data, pela Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. ("Haztec Tecnologia"), assim como todos os bens, direitos, rendimentos e/ou valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma entregues ou pagos à Haztec Tecnologia, mediante a permuta, cessão, venda ou qualquer outra forma de alienação destas ações, incluindo quaisquer bens, títulos ou valores mobiliários nos quais elas sejam convertidas, encontram-se alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures da 2ª emissão da Haztec Tecnologia ("Debenturistas"), de acordo com o disposto no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças, datado de [data], o qual se encontra arquivado na sede da Haztec Tecnologia. Além disso, todas as ações mencionadas acima e os direitos delas decorrentes, exceto bens, dividendos e juros sobre o capital próprio que já tenham sido distribuídos em [data] e que, portanto, não pertencem mais a Haztec Tecnologia, não poderão ser vendidos, cedidos, alienados, gravados ou onerados, sob qualquer forma, pela Haztec Tecnologia sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas, representados pela Planner Trustee DTVM Ltda, na qualidade de Agente Fiduciário".* A Alienante, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado das averbações referidas acima, fornecerá ao Agente Fiduciário cópia dos Livros de Registros de Ações Nominativas da CTR Alcântara evidenciando as referidas averbações.

2.1.1. Na hipótese de a Alienante não promover as averbações da alienação fiduciária das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais no prazo estipulado neste Contrato, conforme previsto na cláusula 2.1 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado, mas não obrigado a, e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome e às expensas da Alienante, como seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e do parágrafo 1º do artigo 661, ambos do Código Civil, promover as averbações da alienação fiduciária das Ações Alienadas e, quando aplicável, dos Direitos Adicionais, conforme previsto na cláusula 2.1 acima, bem como promover as averbações do cancelamento da presente alienação fiduciária, no caso de não integralização das Debêntures, conforme instruções a serem passadas pelos Debenturistas.

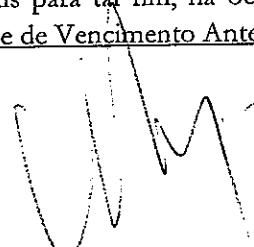
2.2. Como parte do processo de constituição da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, a Alienante se obriga a, às suas exclusivas expensas:

- (a) levar a registro este Contrato e averbar seus eventuais aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, conforme o caso;
- (b) comprovar que levou este Contrato ou seu respectivo aditamento, conforme o caso, a registro, nos termos da alínea "a" acima, em até 1 (um) Dia Útil após a data de seu protocolo nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (c) entregar este Contrato ou seu respectivo aditamento, conforme o caso, devidamente registrado nos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ao Agente Fiduciário em, no máximo, 1 (um) Dia Útil após a data do respectivo registro ou averbação, o que não poderá ultrapassar 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, não se responsabilizando, porém, a Alienante por eventuais atrasos do respectivo registro ou averbação decorrentes exclusivamente de ação ou omissão de quaisquer dos Competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

2.3. A Alienante deverá dar cumprimento, às suas expensas, a qualquer outra exigência que venha a ser requerida de acordo com a legislação aplicável necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da alienação fiduciária ora constituída, fornecendo a comprovação do cumprimento da respectiva exigência ao Agente Fiduciário em no máximo 2 (dois) Dias Úteis após o respectivo cumprimento.

### CLÁUSULA III

#### VENCIMENTO ANTECIPADO E EXECUÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

3.1. As Obrigações Garantidas serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de prévia notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, ficando o Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e agindo conforme instruções escritas recebidas da totalidade dos Debenturistas, autorizado a alienar, total ou parcialmente, as Ações Alienadas, e a aplicar integralmente o produto de tal venda ou o produto da liquidação das Ações Alienadas no pagamento das Obrigações Garantidas, sendo que qualquer eventual excesso será devolvido à Alienante no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, bem como utilizar os Direitos Adicionais para tal fim, na ocorrência de qualquer das hipóteses mencionadas abaixo (cada uma, uma "Hipótese de Vencimento Antecipado"): 

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

(a) ocorrência, com relação à Alienante, das hipóteses mencionadas no artigo 333 e nos incisos I, II, IV e V do artigo 1.425 do Código Civil;

(b) caso a alienação fiduciária objeto deste Contrato não seja devidamente efetivada ou formalizada pela Alienante, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou caso esta garantia, por qualquer fato atinente ao seu objeto torne-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento de qualquer das Obrigações Garantidas, não tendo sido substituída ou reforçada nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real;

(c) se a Alienante ceder ou transferir quaisquer de suas obrigações decorrentes deste Contrato, total ou parcialmente, sem prévia e expressa anuência da totalidade dos Debenturistas; e/ou

(d) ocorrência de qualquer evento de inadimplemento previsto na cláusula 7.1 da Escritura de Emissão, de modo que seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures nos termos das Cláusula VII da Escritura de Emissão.

3.1.1. A Alienante deverá comunicar o Agente Fiduciário acerca da ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de sua ocorrência.

3.1.2. O Agente Fiduciário deverá, mediante o envio de comunicação endereçada a cada Debenturista, notificar a ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento de tal evento.

3.1.3. Na ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado descritas na cláusula 3.1 acima, os Debenturistas notificarão o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tenham tomado conhecimento da sua ocorrência, com as instruções detalhadas sobre o procedimento a ser adotado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, na ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário envidará seus melhores esforços, em observância ao princípio de boa-fé, para tentar obter por meio da realização da venda extrajudicial das Ações Alienadas o maior valor possível para tais Ações Alienadas considerando o valor apurado na última Verificação de Valor Econômico realizada, nos termos da cláusula 1.2.1 do presente Contrato.

3.1.4. Em até 1 (um) Dia Útil após o recebimento das instruções a que se refere a cláusula 3.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá comunicar a Alienante sobre os procedimentos que serão adotados para a execução da alienação fiduciária objeto deste Contrato.

3.1.4. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula III, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser exclusiva e imediatamente aplicados na amortização e/ou liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas.

3.1.5. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula III não sejam suficientes para liquidar as Obrigações Garantidas, a Alienante permanecerá responsável pelo saldo remanescente atualizado das Obrigações Garantidas, até a sua integral liquidação.

3.2. No caso de ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado, conforme prevista na cláusula 3.1 acima, o Agente Fiduciário, mediante instruções dos Debenturistas, exercerá sobre as

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º ANDAR CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Ações Alienadas todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma dispor das Ações Alienadas, dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, tudo sem necessidade de fornecer qualquer aviso prévio ou notificação à Alienante, sendo certo que em nenhuma hipótese o Agente Fiduciário será considerado proprietário fiduciário das Ações Alienadas.

3.2.1. Para fins desse Contrato, em especial do disposto na cláusula 3.2 acima, e observado o disposto na cláusula 3.2.2 abaixo, a Alienante, por meio deste Contrato, nomeia e constitui o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário com relação às Ações Alienadas e aos Direitos Adicionais, para (a) exercer todos os atos necessários à conservação e defesa das Ações Alienadas e Direitos Adicionais; (b) firmar quaisquer documentos e praticar qualquer ato em nome da Alienante relativo à garantia instituída pelo presente Contrato, na medida em que seja o referido ato ou documento necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a presente garantia ou, ainda, para efetivar a substituição do Agente Fiduciário, após a deliberação dos debenturistas reunidos em assembleia geral, nos termos da Escritura de Emissão; (c) promover o desbloqueio, inclusive sob condição, dos ônus existentes sobre as Ações Alienadas e Direitos Adicionais; (d) efetuar o registro da alienação fiduciária em garantia criada por meio deste Contrato perante os competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (e) vender, alienar e/ou negociar, judicial ou extrajudicialmente, parte ou a totalidade das Ações Alienadas e Direitos Adicionais, observado o procedimento previsto na cláusula 3.1.1, podendo, para tanto, sem limitação, receber valores, transigir, dar recibos e quitação, de modo a preservar os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas previstos neste Contrato; (f) representar a Alienante, em juízo (mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD) ou fora dele, perante instituições financeiras, terceiros em geral, de direito público ou privado, e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ou de outros Estados, conforme aplicável, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para a prática de atos relacionados às Ações Alienadas e/ou aos Direitos Adicionais, e resguardar os direitos e interesses dos Debenturistas; (g) assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada das Ações Alienadas, devendo comunicar a Alienante acerca de sua intenção de exercer os poderes aqui previstos; (h) firmar os respectivos contratos de venda e quaisquer outros documentos que possam ser necessários para o fim de formalizar a transferência das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais, no todo ou em parte, a quaisquer terceiros, inclusive, sem qualquer limitação, Termos de Transferências nos Livros de Transferência e/ou Registro de Ações Nominativas, transferindo posse e domínio; e (i) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive dar e receber quitação, podendo os poderes aqui outorgados ser substabelecidos, mediante prévia e expressa anuência da totalidade dos Debenturistas, sendo certo que, nesse caso, o Agente Fiduciário permanecerá responsável pelos atos do procurador por ele substabelecido, vedado, em qualquer hipótese, o pacto comissório, sendo o Agente Fiduciário obrigado a promover a venda das Ações Alienadas nos termos deste Contrato. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste Contrato.

3.2.2. As Partes concordam que os poderes outorgados ao Agente Fiduciário por meio da cláusula 3.2.1 acima serão sempre exercidos mediante e estritamente de acordo com instruções

recebidas por escrito dos Debenturistas e somente na ocorrência de eventual Hipótese de Vencimento Antecipado.

3.3. O Agente Fiduciário deverá agir estritamente de acordo com as instruções por escrito recebidas dos Debenturistas, não cabendo ao Agente Fiduciário qualquer discricionariedade em sua atuação e, portanto, nenhuma responsabilidade sobre as medidas tomadas de acordo com as instruções recebidas dos Debenturistas, que deverão, por sua vez, observar o disposto na Escritura de Emissão sobre o assunto.

3.3.1. O Agente Fiduciário poderá abster-se de tomar providência para executar a garantia se houver dúvidas relevantes e justificadas a respeito das instruções recebidas ou acerca de sua legalidade, sem qualquer responsabilidade, devendo, contudo, o Agente Fiduciário emendar seus melhores esforços para sanar referidas dúvidas no menor prazo possível, consultando, se necessário, os Debenturistas ou assessores profissionais.

3.4. A presente alienação fiduciária em garantia será compartilhada em igualdade de condições por todos os Debenturistas, sem qualquer preferência de um deles em relação aos demais, de modo que, caso as Ações Alienadas e/ou os Direitos Adicionais venham a ser executados, o produto de tal excussão será compartilhado entre os Debenturistas, na proporção do valor dos créditos detidos por cada um deles.

#### CLÁUSULA IV DIREITO DE VOTO

4.1. Desde que nenhuma Hipótese de Vencimento Antecipado tenha ocorrido, nos termos da cláusula 3.1. acima, o exercício, pela Alienante, dos direitos de voto referentes às Ações Alienadas estará sujeito à autorização prévia e por escrito de todos os Debenturistas (conforme reunidos em AGD), representados pelo Agente Fiduciário, conforme instruções recebidas dos Debenturistas, quando referente à deliberação das seguintes matérias: (a) redução do capital social da CTR Alcântara; (b) emissão de novas ações pela CTR Alcântara, exceto na hipótese de emissão de novas ações decorrente de aumento de capital realizado por meio de integralização exclusivamente em moeda corrente nacional; (c) criação de novas classes de ações de emissão da CTR Alcântara; (d) alteração de quaisquer dos direitos, preferências ou vantagens das Ações Alienadas Fiduciariamente; (e) resgate, amortização, conversão, desdobramento, grupamento ou compra de ações de emissão da CTR Alcântara para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (f) resgate de qualquer valor mobiliário de emissão da CTR Alcântara; (g) alteração do objeto social da CTR Alcântara; (h) qualquer operação societária envolvendo a CTR Alcântara, incluindo fusão, cisão, incorporação e transformação em outro tipo societário, exceto com relação ao previsto na cláusula 7.1 (e) da Escritura de Emissão, hipóteses nas quais não será necessária a obtenção de anuência prévia e por escrito de todos os Debenturistas; (i) constituição de novas sociedades, ou, exceto pelas participações já existentes e formalizadas, investimento ou aumento de participações em outras sociedades; (j) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, pedido de recuperação judicial ou pedido de recuperação extrajudicial; e (k) prestação de garantias a terceiros, inclusive por sociedades controladas pela CTR Alcântara ou a esta coligadas, exceto com relação ao previsto na cláusula 8.1 (r) da Escritura de Emissão, hipóteses nas quais não será necessária a obtenção de anuência prévia e por escrito de todos os Debenturistas. Em relação às demais matérias, a Alienante exercerá livremente o direito de voto em relação às Ações Alienadas e reterá o direito de receber dividendos e outras distribuições resultantes da titularidade das Ações Alienadas, ficando, contudo, estabelecido que a Alienante não exercerá tal direito de voto nem

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 52 - 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO A. MOURINHO ANTUNES  
2.º ORIGINAL SUBSTITUTO

concederá qualquer consentimento, renúncia ou ratificação, tampouco praticará qualquer outro ato que, de qualquer maneira, viole ou seja incompatível com ou prejudique quaisquer dos termos do presente Contrato.

4.2. Ocorrendo qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado e até que tal Hipótese de Vencimento Antecipado tenha sido sanada ou até que as Ações Alienadas e/ou os Direitos Adicionais sejam utilizados para a liquidação das Obrigações Garantidas, conforme previsto na Cláusula III acima, o exercício, pela Alienante, dos direitos de voto referentes às Ações Alienadas para a deliberação de qualquer matéria estará sujeito à autorização prévia e por escrito do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, conforme instruções recebidas pelo Agente Fiduciário da totalidade dos Debenturistas. O Agente Fiduciário orientará a Alienante em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do requerimento da Alienante sobre instruções acerca do exercício de voto, desde que no referido prazo tenha recebido as instruções correspondentes da totalidade dos Debenturistas.

4.3. Em decorrência do disposto nesta Cláusula IV, a Alienante obriga-se a comparecer a todos os eventos societários da CTR Alcântara (*i.e.*, reuniões prévias, reuniões de conselho de administração e assembleias gerais) e a exercer ou não exercer (conforme o caso) o seu direito de voto de acordo com o disposto nesta Cláusula IV.

#### CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA ALIENANTE

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia Real, durante o Prazo de Vigência, a Alienante se obriga, nos seguintes termos, a:

(a) manter a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato existente, válida, eficaz, exigível e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição;

(b) celebrar aditamento ao presente Contrato caso venha a adquirir Direitos Adicionais ou ações adicionais, em conformidade com o disposto na cláusula 2.1.1 deste Contrato, a fim de refletir contratualmente a alienação fiduciária ora constituída, bem como averbar a alienação fiduciária das ações adicionais decorrentes das Ações Alienadas e Direitos Adicionais em conformidade com as disposições da Cláusula II do presente Contrato e, ainda, praticar quaisquer outros atos que venham a ser de outra forma exigidos pela legislação aplicável para estender tal alienação fiduciária a tais ações adicionais e Direitos Adicionais;

(c) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do momento em que tenha tomado conhecimento do respectivo evento, qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a higidez da garantia fiduciária prestada neste Contrato, ou a segurança, liquidez e certeza das Ações Alienadas ou dos Direitos Adicionais, ou que se possa razoavelmente esperar que resulte na inveracidade das declarações prestadas na Cláusula VI deste Contrato;

(d) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, ter um efeito adverso relevante para os Debenturistas, ou alterar a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato, as Ações Alienadas, os Direitos Adicionais, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere esta alínea;

(e) manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações de natureza tributária que sejam necessárias para viabilizar o registro da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato e de seus aditamentos, nos termos da legislação em vigor;

(f) dar ciência, por escrito, aos seus administradores e executivos, dos termos e condições deste Contrato, e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;

(g) prestar e/ou enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as informações e documentos necessários relativos às Ações Alienadas e/ou aos Direitos Adicionais, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário, agindo de acordo com as instruções dos Debenturistas, possa executar as disposições do presente Contrato;

(h) permitir ao Agente Fiduciário ou a seus representantes, o livre acesso para consulta aos registros das Ações Alienadas e/ou dos Direitos Adicionais;

(i) não alienar, vender, comprometer-se a vender (neste último caso, exceto por um contrato condicionando a venda à quitação das obrigações assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão ou condicionando a um consentimento dos Debenturistas), ceder, transferir, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, ou por qualquer outra forma dispor das Ações Alienadas com terceiros, nem sobre elas constituir qualquer ônus, gravame ou direito real de garantia ou dispor, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, das Ações Alienadas ou quaisquer direitos a elas inerentes, principalmente os Direitos Adicionais, sem a prévia e expressa anuência da totalidade dos Debenturistas. Excetua-se das restrições aqui previstas a presente alienação fiduciária de Ações Alienadas e Direitos Adicionais nos termos deste Contrato;

(j) não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar o cumprimento das condições da alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato;

(k) mediante notificação sobre a ocorrência e continuação de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, cumprir (independentemente de qualquer notificação ou de outra comunicação em contrário transmitida por qualquer outra pessoa) com todas as instruções enviadas por escrito pelo Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas, com relação ao presente Contrato, desde que tais instruções não contrariem nenhuma lei aplicável, e nenhuma ordem emanada por autoridade governamental, nem sejam contrárias ao disposto neste Contrato, na Escritura de Emissão e em qualquer documento relativo às Debêntures;

(l) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade de o Agente Fiduciário, quando da ocorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, alienar, ceder, vender, transferir ou de outra forma dispor das Ações Alienadas e/ou Direitos Adicionais, no todo ou em parte, sempre mediante e conforme instruções dos Debenturistas;

(m) indenizar, defender, eximir, manter indene e, quando aplicável, reembolsar o Agente Fiduciário em relação a todos e quaisquer prejuízos, indenizações, responsabilidades, danos, desembolsos, adiantamentos, tributos ou despesas (inclusive honorários e despesas de advogados externos) pagos ou

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º ANDAR - CENTRO RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º ORIGINAL SUBSTITUTO

incorridos pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, independente de sua natureza, decorrentes do descumprimento, pela Alienante, das Obrigações Garantidas e/ou descumprimentos relacionados ao presente Contrato.

5.2. A Alienante, às suas expensas, celebrará os documentos e instrumentos adicionais necessários que venham a ser exigidos pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de tempos em tempos, para permitir que o Agente Fiduciário proteja os direitos ora constituídos no que diz respeito às Ações Alienadas e aos Direitos Adicionais, no todo ou em parte, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente Contrato. Adicionalmente, a Alienante defenderá, às suas expensas, todos os direitos e interesses dos Debenturistas com relação às Ações Alienadas e aos Direitos Adicionais, contra eventuais reivindicações e demandas de quaisquer terceiros.

## CLÁUSULA VI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1. A Alienante, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e como condição e causa essenciais para a celebração deste Contrato, declara e assegura aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, na data de assinatura deste Contrato, que:

(a) a Alienante é uma sociedade anônima devidamente constituída, validamente existente segundo as leis do Brasil;

(b) a Alienante é legítima titular e proprietária das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a alienação fiduciária em garantia constituída nos termos deste Contrato, não existindo contra a Alienante qualquer ação ou procedimento judicial, arbitral, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar de forma substancial ou invalidar a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato;

(c) este Contrato constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Alienante, exigível de acordo com os seus respectivos termos;

(d) a Alienante possui plenos poderes e capacidade e está devidamente autorizada, inclusive por seus acionistas controladores e órgãos de administração competentes, a celebrar o presente Contrato e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para a celebração e o cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato;

(e) os signatários deste Contrato tem poderes e foram devidamente autorizados a celebrar este Contrato, vinculando a Alienante;

(f) a celebração deste Contrato é realizada de boa fé, tendo a Alienante plena capacidade de assumir as obrigações a ela imputáveis aqui estabelecidas;

(g) não há qualquer ação judicial, procedimento arbitral, administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato pela Alienante;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO 2 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOURA ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO



(h) mediante a obtenção dos registros e averbações previstos na Cláusula II deste Contrato, a alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato será devidamente constituída e será válida nos termos das leis brasileiras, constituindo em favor dos Debenturistas um direito real de garantia de primeiro e único grau, válido, eficaz, exigível e exequível perante quaisquer terceiros sobre as Ações Alienadas e os Direitos Adicionais;

(i) as obrigações assumidas neste Contrato não implicam: (i) no inadimplemento pela Alienante de qualquer obrigação por ela assumida em qualquer negócio jurídico; (ii) na rescisão de quaisquer contratos celebrados pela Alienante; ou (iii) no descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento, nem de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, ou decisão arbitral a que a Alienante esteja sujeita;

(j) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato foram outorgados como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil; e

(k) ressalvados os registros e averbações mencionados na alínea "h" acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou junto a qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro (exceto as que já foram obtidas e que estão em pleno vigor e efeito) se faz necessária para a constituição e/ou manutenção da alienação fiduciária das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais.

6.1.1. A Alienante se compromete a indenizar e a manter indenidos os Debenturistas e o Agente Fiduciário e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra ela venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência da não veracidade ou inexatidão de quaisquer de suas declarações e garantias aqui contidas. As disposições contidas nesta cláusula 6.1.1 permanecerão em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da resolução ou término da Escritura de Emissão.

6.1.2. Sem prejuízo do disposto na cláusula 6.1.1 acima, a Alienante obriga-se a notificar o Agente Fiduciário, caso quaisquer das declarações prestadas nos termos deste Contrato se tornem inverídicas, incorretas, incompletas, ou inválidas, imediatamente quando tomar conhecimento de tal fato.

6.1.3. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas pela Alienante deverão também ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvado as atualizações devidas e necessárias.

## CLÁUSULA VII

### ALTERAÇÕES REFERENTES ÀS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

7.1. A Alienante permanecerá obrigada nos termos do presente Contrato, e as Ações Alienadas e os Direitos Adicionais permanecerão sujeitos aos direitos de garantia ora outorgados, a todo o tempo, até o término do presente Contrato nos termos da cláusula 9.2 abaixo, sem limitação e sem qualquer

3. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 3 - 3.º ANDAR - CENTRO/RJ  
RICARDO A. MOUZINHO ANTUNES  
2. OFICIAL SUBSTITUTO

reserva de direitos contra a Alienante, e independentemente da notificação ou anuência da Alienante, não obstante:

(a) qualquer renovação, prorrogação, aditamento, modificação, vencimento antecipado, transação, renúncia, restituição ou quitação parcial, atinente às Obrigações Garantidas ou de invalidade parcial ou inexecutibilidade de quaisquer dos documentos relacionados às Obrigações Garantidas;

(b) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas;

(c) qualquer ação (ou omissão) do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e por eles instruído, renúncia no exercício de qualquer direito, poder ou prerrogativa e prorrogação do prazo de execução de qualquer direito, contidos nos documentos relacionados às Obrigações Garantidas ou nos termos da legislação aplicável; e/ou

(d) a venda, permuta, renúncia, restituição, liberação ou quitação de qualquer outra garantia, direito de compensação ou outro direito de garantia real a qualquer tempo detido pelos Debenturistas (de forma direta ou indireta) para o pagamento das Obrigações Garantidas.

## CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. O Agente Fiduciário obriga-se, enquanto vigorar este Contrato, a:

(a) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, na execução destas, as instruções dos Debenturistas e as disposições deste Contrato;

(b) cumprir com as instruções expressas dos Debenturistas com o objetivo de proteger os direitos dos Debenturistas sobre as Ações Alienadas e os Direitos Adicionais, bem como obedecer todas as demais disposições deste Contrato que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas em decorrência deste Contrato; e

(c) informar os Debenturistas acerca de qualquer notificação recebida da Alienante sobre as Garantias ora prestadas.

8.2. A Alienante reconhece, outrossim, que o Agente Fiduciário poderá ser substituído, a qualquer tempo pelos Debenturistas, conforme deliberação em AGD, nos termos da Escritura de Emissão. A Alienante compromete-se a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

## CLÁUSULA IX DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Anexo. O documento anexo a este Contrato constitui parte integrante e complementar deste Contrato.

9.2. Extinção e Quitação. A alienação fiduciária em garantia objeto deste Contrato permanecerá íntegra e em pleno vigor até: (a) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO, 33 - 3.º AND.  
CENTRO  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

(b) que a alienação fiduciária seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido o produto da excussão das Ações Alienadas e/ou dos Direitos Adicionais de forma definitiva e incontestável. Liquidadas as Obrigações Garantidas, conforme certificado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em notificação nesse sentido a ser enviada à Alienante em até (cinco) Dias Úteis após a referida liquidação, este Contrato ficará imediatamente terminado de pleno direito, e as Ações Alienadas serão liberadas do gravame por este Contrato criado às custas do Alienante devendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, assinar e entregar no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, se solicitado pela Alienante, o termo de quitação devido tomar toda e qualquer medida necessária à liberação das Ações Alienadas.

1º REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 2 - 3º ANDAR - CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2º OFICIAL SUBSTITUTO

9.3. Renúncias e Alterações. O presente Contrato e suas disposições apenas serão modificados, aditados, complementados ou renunciados com o consentimento expresso e por escrito de todas as Partes.

9.4. Autonomia das Disposições. Caso qualquer disposição do presente Contrato seja julgada inválida, ilegal ou inexecutável nos termos da legislação aplicável, a disposição será considerada ineficaz apenas na medida de tal invalidade, ilegalidade ou inexecutabilidade e não afetará quaisquer outras disposições do presente Contrato nem a validade, legalidade ou executabilidade da disposição em questão em qualquer outra jurisdição. Na medida permitida pela legislação aplicável, as Partes, de boa fé, negociarão e celebrarão uma alteração ao presente Contrato a fim de substituir qualquer disposição por uma nova que: (a) reflita sua intenção original; e (b) seja válida e vinculante.

9.5. Não Prejuízo a Outros Direitos de Garantia. A garantia prevista neste Contrato será adicional e independente de quaisquer outras garantias prestadas ou que venham a ser prestadas em favor dos Debenturistas, de modo que o Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, em nome dos Debenturistas, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas.

9.6. Sucessão. As obrigações assumidas neste Contrato tem caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes, seus sucessores e cessionários a qualquer título ao seu fiel e pontual cumprimento.

9.7. Cessão e Transferência. A Alienante não poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato a quaisquer terceiros, a qualquer título, exceto se com o prévio e expresso consentimento de todos os Debenturistas reunidos em AGD, representados pelo Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário, em nome da totalidade dos Debenturistas, poderá ceder ou de outra forma transferir direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, total ou parcialmente, se assim aprovado pela totalidade dos Debenturistas reunidos em AGD, sem a necessidade de qualquer consentimento, prévio ou posterior, da Alienante, devendo, porém, o Agente Fiduciário enviar à Alienante comunicação escrita, em até 5 (cinco) Dias Úteis da formalização da respectiva cessão, informando as principais características do cessionário e da própria cessão.

9.8. Lei Aplicável. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

9.9. Foro. As Partes elegem, por este ato, o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente Contrato.

9.10. Notificações. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico,

desde, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

**Se para a Alienante:**

HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.

Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar – Cidade Nova

20.260-080, Rio de Janeiro – RJ

At.: Ana Paula Bacaltchuc

Telefone: (21) 3974-6172

Fac-símile: (21) 3974-6150

E-mail: [ana.bacaltchuc@haztec.com.br](mailto:ana.bacaltchuc@haztec.com.br)

**Se para o Agente Fiduciário:**

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi

04538-132, São Paulo - SP

At: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

E-mail: [vrodrigues@planner.com.br](mailto:vrodrigues@planner.com.br) / [fi@planner.com.br](mailto:fi@planner.com.br)

**Se para a CTR Alcântara:**

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.

[endereço]

[CEP], [Cidade] – [Estado]

At.: [●]

Tel: [●]

Fac-símile: [●]

E-mail: [●]

9.10.1. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.10.2. A mudança de qualquer um dos dados para contato indicados acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seus dados alterados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

9.11. Execução Específica. Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das Obrigações Garantidas, inclusive dos compromissos e obrigações decorrentes deste Contrato, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

9.12. Novação. A abstenção do exercício de qualquer direito ou faculdade assegurada por este Contrato ou pela legislação aplicável aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, bem como eventual tolerância para com eventuais atrasos no cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste Contrato não significarão novação ou derrogação de qualquer cláusula deste Contrato.

9.13. Integridade das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais. Fica assegurado ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, o amplo direito de verificar a integridade das Ações Alienadas e dos Direitos Adicionais, podendo, desta forma, solicitar à Alienante que lhe forneça, a qualquer momento, declaração de manutenção do registro deste Contrato.

9.14. Prevalência. Sem prejuízo a qualquer estipulação em contrário aqui contida, em caso de inconsistência entre a Escritura de Emissão e este Contrato, as cláusulas aplicáveis deste Contrato prevalecerão no tocante à criação, aperfeiçoamento e prioridade do direito de garantia aqui criado, assim como aos direitos disponíveis aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sob as leis brasileiras, em relação às Ações Alienadas.

O presente Contrato é firmado por cada uma das Partes em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, [data].

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDAS 52 - 3.º AND. (CENTRO)  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

(Página de Assinatura 1/4 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças)

**HAZTEC TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL S.A.**  
*como Alienante Fiduciária*

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º ANDAR - CENTRO  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

(Página de Assinatura 2/4 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças)

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

como Agente Fiduciário, representando a totalidade dos Debenturistas credores fiduciários

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

3. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. - CENTRO/MT

RICARDO M. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

1

2

Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

(Página de Assinatura 3/4 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças)

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.  
como emissora das Ações Alienadas

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO

RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

1

pe



*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

*(Página de Assinatura 4/4 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças)*

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJA  
DA QUITAÇÃO 52 - 3.º ANO - CENTRO/RJ  
RICARDO A. MOURZINHO ANTUNES

1

12

ANEXO I  
CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Valor Principal:

até R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais)

Obrigações Garantidas:

As Obrigações Garantidas incluem não apenas o Valor Principal mencionado acima, mas também os juros incidentes sobre o referido valor, comissões, despesas, honorários, indenizações e diversas outras obrigações da Cedente relacionadas com as Debêntures emitidas no âmbito da Oferta Restrita.

Data de Vencimento e Pagamento de Principal e Remuneração:

As Debêntures terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 18 de fevereiro de 2020 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a Data de Vencimento.

Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com a relação Dívida Líquida / EBITDA da Emissora, cujas definições estão descritas na alínea (p) da cláusula 7.2 da Escritura de Emissão, conforme tabela abaixo ("Juros Remuneratórios"):

Relação Dívida Líquida / EBITDA da Companhia	Sobretaxa dos Juros Remuneratórios
Maior que 5,0 vezes (inclusive)	4,00% ao ano
Entre 4,0 vezes (inclusive) e 5,0 vezes (exclusive)	3,25% ao ano
Entre 3,0 vezes (inclusive) e 4,0 vezes (exclusive)	2,75% ao ano
Menor que 3,0 vezes (exclusive)	2,50% ao ano

No período compreendido entre a Data de Emissão até que seja calculada a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, o ~~seu~~ dos Juros Remuneratórios será de 4,00% (quatro por cento).

Em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada Exercício Social, a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário a relação Dívida Líquida / EBITDA calculada para o Exercício Social considerado, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora. O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação, validar o cálculo e informar à Emissora e aos Debenturistas a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, que será válida nos 2 (dois) Períodos de Capitalização imediatamente subsequentes.

Caso não seja possível o cálculo da sobretaxa dos Juros Remuneratórios para quaisquer períodos subsequentes, deverá ser utilizado parâmetro do Período de Capitalização imediatamente anterior até o próximo Período de Capitalização.

Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação quanto à nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, a Emissora deverá informar a CETIP quanto ao novo parâmetro a ser utilizado.

Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento, e deverão ser pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização de Resgate Antecipado Facultativo, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI Over, nos termos da Escritura de Emissão.

Vencimento Antecipado:

As obrigações decorrentes das Debêntures emitidas no âmbito da Oferta Restrita poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão.

ANEXO III  
MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE RECEBÍVEIS DA CTR  
ALCÂNTARA

---

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CTR DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA OUTUBRO 12 - 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO V. MOUTZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS  
CREDITÓRIOS DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.  
EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

entre

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.  
*como Cedente Fiduciária*

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
*como Agente Fiduciário, representando a totalidade dos Credores Fiduciários*

e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
*como Banco Administrador*

com a interveniência anuência de

HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.  
*como Emissora das Debêntures*

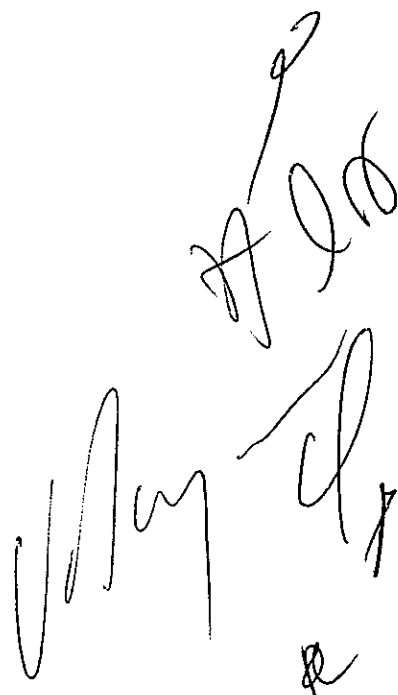
Datado de  
[.]

Handwritten signatures and initials at the bottom of the document, including a large signature on the left and several initials on the right.

## ÍNDICE

DEFINIÇÕES .....	3
CLÁUSULA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA .....	7
CLÁUSULA SEGUNDA RECEBIMENTO DOS RECEBÍVEIS CEDIDOS.....	8
CLÁUSULA TERCEIRA APERFEIÇOAMENTO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA .....	12
CLÁUSULA QUARTA LIMITE MÍNIMO GLOBAL DAS GARANTIAS REAIS, RECOMPOSIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E LIBERAÇÃO DA GARANTIA .....	13
CLÁUSULA QUINTA EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA .....	17
CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDENTE .....	19
CLÁUSULA SÉTIMA DECLARAÇÕES DA CEDENTE .....	21
CLÁUSULA OITAVA BANCO ADMINISTRADOR E AGENTE FIDUCIÁRIO .....	22
CLÁUSULA NONA COMUNICAÇÕES .....	24
CLÁUSULA DÉCIMA DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25
CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA TÉRMINO DO CONTRATO .....	27
CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA LEI APLICÁVEL E FORO .....	27
ANEXO I DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE.....	I
ANEXO II DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.....	II
<u>ANEXO III</u> MODELO DE ADITAMENTO.....	V

1. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDUZA - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO A. MOUTINHO ANTUNES  
2. OFÍCIO CÍVIL



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A. EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

O presente "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças", datado de [•] ("Contrato"), é celebrado por e entre

- I. na qualidade de cedente fiduciária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo),

**CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Doutor Feliciano Sodré, nº 141, sala 502, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.090.691/0001-00 e na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0027449-9, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Cedente");

- II. na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas (conforme definido abaixo) beneficiários da cessão fiduciária objeto deste Contrato,

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"); e

- III. na qualidade de instituição financeira administradora da Conta Vinculada CTR Alcântara (conforme definido abaixo) e depositária dos Créditos Bancários (conforme definido abaixo),

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o número 90.400.888/0001-42, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Banco Administrador");

com a interveniência anuência de:

- IV. na qualidade de emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

**HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.421.994/0001-36, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "HIP");

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

sendo a Cedente, o Agente Fiduciário, o Banco Administrador e a Emissora doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

**CONSIDERANDO QUE:**

(A) em 06 de fevereiro de 2013, a HIP, na qualidade de companhia emissora, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram, com a interveniência garantidora das Fiadoras (conforme definido abaixo), na qualidade de fiadoras da HIP, a "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), por meio da qual a HIP realizou sua quarta emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 280 (duzentas e oitenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias, em série única, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de sua emissão ("Debêntures"), perfazendo o montante total de até R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) na respectiva data de emissão das Debêntures;

(B) a Cedente é sociedade controlada pela Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme definido abaixo);

(C) em garantia do fiel, correto e integral cumprimento das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão, a Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. ("Haztec Ambiental"), a Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding") e a Central de Tratamento de Resíduos Barra Mansa S.A. ("CTR Barra Mansa" e, em conjunto com a Haztec Ambiental e a Foxx Holding, "Fiadoras") assumiram, na referida Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável e de forma solidária, a condição de fiadoras e principais pagadoras da dívida afiançada referente às Debêntures ("Garantias Fidejussórias" ou "Fianças");

(D) em [...], a Cedente (que passou a integrar a definição de "Fiadoras") assumiu, na Escritura de Emissão, conforme aditada, em caráter irrevogável e irretratável e de forma solidária, a condição de fiadora e principal pagadora da dívida afiançada referente às Debêntures ("Fiança da CTR Alcântara" que passou a integrar a definição de "Garantias Fidejussórias" ou "Fianças");

(E) sem prejuízo das Garantias Fidejussórias prestadas pelas Fiadoras e em garantia do fiel, correto e integral cumprimento das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão, conforme aditada, a Emissora, a Cedente, a Haztec Ambiental e a CTR Barra Mansa se comprometeram, em caráter irrevogável e irretratável, a prestar as Garantias Reais (conforme definido abaixo) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;

(F) a Cedente é a única e legítima titular de determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa (conforme definido abaixo) ("Direitos Creditórios");

(G) em garantia do fiel, correto e integral cumprimento das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão, a Cedente se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo



Agente Fiduciário, parcela dos Direitos Creditórios, conforme venha a ser identificada de tempos em tempos no **Anexo III** a este Contrato;

(H) de forma a viabilizar a cessão fiduciária de parcela dos Direitos Creditórios, a Cedente concorda em fazer com que os Direitos Creditórios a serem cedidos fiduciariamente sejam pagos única e exclusivamente na Conta Vinculada CTR Alcântara;

(I) em 06 de fevereiro de 2013, o Banco Administrador foi contratado pela Cedente, por meio do Contrato de Administração de Contas Vinculadas (conforme definido abaixo), conforme aditado, para administrar a sua respectiva Contas Vinculadas CTR Alcântara;

(J) a Cedente é a única e legítima titular dos direitos creditórios decorrentes da titularidade da Conta Vinculada CTR Alcântara, independentemente do processo em que os créditos bancários relativos à Conta Vinculada CTR Alcântara se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários");

(K) em garantia do fiel, correto e integral cumprimento das obrigações da Emissora assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, a Cedente se comprometeu, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade dos Créditos Bancários; e

(L) o Banco Administrador concorda em atuar como fiel depositário dos Créditos Bancários;

**RESOLVEM** as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, mediante os termos, cláusulas e condições a seguir.

## DEFINIÇÕES

Os termos utilizados no presente Contrato iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural) terão os respectivos significados indicados abaixo. Os termos que não sejam definidos de outra forma neste Contrato terão o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão.

"Agente Fiduciário":

é a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo deste Contrato, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, ou seu(s) eventual(is) substituto(s) nos termos da Escritura de Emissão ou sucessor(es) legal(is);

"AGD":

é qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada nos termos da Cláusula XI da Escritura de Emissão;

"Banco Administrador":

é o Banco Santander (Brasil) S.A., qualificado no preâmbulo deste Contrato, ou seu(s) eventual(is) sucessor(es) legal(is);

"Cedente":

é a Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A.,

- qualificada no preâmbulo deste Contrato, ou seu(s) eventual(is) sucessor(es) legal(is);
- "CNPJ/MF": tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo do Contrato;
- "Código Civil": é a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
- "Código de Processo Civil": é a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada;
- "Condição Suspensiva": tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.2 abaixo;
- "Conta Vinculada CTR Alcântara": é a conta-corrente de titularidade da Cedente, não movimentável pela Cedente, mantida no Banco Administrador;
- "Conta Movimento": é a conta-corrente de titularidade da Cedente nº [...], mantida na agência nº [...] do Banco [...], movimentável única e exclusivamente pela Cedente;
- "Contrato": é o presente "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças", celebrado nesta data entre a Cedente, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador, com a interveniência anuência da Emissora, conforme aditado de tempos em tempos;
- "Contrato de Administração de Contas Vinculadas": é o "Contrato de Depósito e Administração de Contas Vinculadas", conforme aditado em [...], celebrado entre a Emissora, a Cedente, a Haztec Ambiental e a CTR Barra Mansa, na qualidade de contratantes, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e o Banco Administrador, na qualidade de contratado, que tem por objeto a administração da Conta Vinculada CTR Alcântara, conforme aditado de tempos em tempos;
- "Contrato de Concessão Administrativa": é o [inserir nome do contrato cujos direitos creditórios serão cedidos], celebrado entre a Cedente e [inserir nome do poder concedente] em [data];
- "Contratos de Garantia Real": é o presente Contrato, considerado em conjunto com os seguintes contratos: (a) Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa; (b) Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa; (c) Contrato de Alienação

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDINHA, 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

Fiduciária de Ações da CTR Alcântara; (d) Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental; (e) Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa; e (f) Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos conforme definidos na Escritura de Emissão.

"Contratos de Prestação de Serviços":

são os contratos de prestação de serviços a serem celebrados pela a Cedente e seus clientes e que atendam aos Critérios de Elegibilidade;

"Créditos Bancários":

tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "J" deste Contrato;

"Critérios de Elegibilidade":

tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.1.4 abaixo;

"CTR Barra Mansa":

tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "C" deste Contrato;

"Data de Apuração":

tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.1.1 deste Contrato;

"Data de Verificação dos Índices Financeiros":

tem o significado que lhe é atribuído na alínea "p" da cláusula 7.2 da Escritura de Emissão;

"Debêntures":

tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "A" deste Contrato;

"Debenturistas":

são os titulares de tempos em tempos das Debêntures;

"Dia(s) Útil(eis)":

tem o significado que lhe é atribuído na Escritura de Emissão;

"Direitos Creditórios":

tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "F" deste Contrato;

"Direitos Creditórios Adicionais":

têm o significado que lhes é atribuído na alínea "b" da cláusula 4.1.3 do presente Contrato;

"Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente":

têm o significado que lhes é atribuído na cláusula 1.1 deste Contrato;

"Emissora" ou "HIP":

é a Haztec Investimentos e Participações S.A., qualificada no preâmbulo deste Contrato, ou seu(s) eventual(is) sucessor(es) legal(is);

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

" <u>Escritura de Emissão</u> ":	é a "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A.", conforme aditada em [*];
" <u>Evento de Retenção</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 2.1.1 do presente Contrato;
" <u>Fiadoras</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "C" deste Contrato;
" <u>Fiança da CTR Alcântara</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "D" deste Contrato;
" <u>Foxx Holding</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "C" deste Contrato;
" <u>Garantias Fidejussórias</u> " ou " <u>Fianças</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "C" deste Contrato;
" <u>Garantias Reais</u> ":	são, em conjunto, as seguintes garantias reais (conforme definidas na Escritura de Emissão): (a) Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa; (b) Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa; (c) Alienação Fiduciária de Ações da CTR Alcântara; (d) Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental; (e) Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa; (f) Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Alcântara (representada por este Contrato); e (g) Cessão Fiduciária de Dividendos.
" <u>Haztec Ambiental</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído no Considerando "C" deste Contrato;
" <u>Laudos de Avaliação das Garantias Reais</u> ":	tem o significado que lhe é atribuído na alínea "a.11" da cláusula 8.1 da Escritura de Emissão;
" <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ":	é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
" <u>Lei nº 4.728</u> ":	é a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada;
" <u>Lei nº 9.514</u> ":	é a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada;
" <u>Limite Mínimo Global das Garantias</u> ":	é a proporção, em valores percentuais, entre: (a) o montante

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO A. MOURINHO ANTUNES  
3.º GERENTE ADMINISTRATIVO

<u>Reais</u> :	resultante do somatório do valor dos ativos dados em garantia real por meio dos seguintes instrumentos (de acordo com as respectivas definições constantes da Escritura de Emissão): (a) este Contrato; (b) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da CTR Barra Mansa; (c) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Alcântara; (iv) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Ecopesa; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da Haztec Ambiental; e (vi) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis da CTR Barra Mansa, bem como o saldo devedor das Obrigações Garantidas em determinada data de referência, nos termos da cláusula 4.2 da Escritura de Emissão;
<u>"Novo Contrato"</u> :	tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 4.3 do presente Contrato;
<u>"Obrigações Garantidas"</u> :	têm o significado que lhes é atribuído na cláusula 1.1 do presente Contrato;
<u>"Ônus"</u> :	têm o significado que lhe é atribuído na alínea "d" da cláusula 4.1.4 do presente Contrato;
<u>"Parte(s)"</u> :	tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo do presente Contrato;
<u>"Prazo Médio Final Ponderado"</u> :	significa o produto entre o saldo devedor de cada uma das dívidas da Emissora e o seu prazo final de vencimento;
<u>"Prazo de Vigência"</u> :	tem o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.3 deste Contrato;
<u>"Recebíveis Cedidos"</u> :	têm o significado que lhe é atribuído na cláusula 1.1 deste Contrato;
<u>"SCR"</u> :	é o Sistema de Informação de Crédito do Banco Central do Brasil;

## CLÁUSULA PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

1.1. Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias da Emissora assumidas perante os Debenturistas no âmbito da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, incluindo, sem limitação: (a) os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração; (b) todos os encargos moratórios e multas decorrentes de eventual atraso,

pela Emissora, no cumprimento de suas obrigações relacionadas às Debêntures; e (c) todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures ("Obrigações Garantidas"), a Cedente, na qualidade de garantidora das Debêntures, por este Contrato e na melhor forma de direito, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, cede e transfere fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta (permanecendo a Cedente com a posse direta): (a) da totalidade dos Direitos Creditórios decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa ("Recebíveis Cedidos"); (b) da totalidade dos Créditos Bancários; e (c) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados a tais Recebíveis Cedidos e Créditos Bancários, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Cedente com relação a tais Recebíveis Cedidos e Créditos Bancários (em conjunto, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente").

3.º REGISTRO DE DIREITOS CREDITÓRIOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 52 - 3.º ANDAR - CENTRO I  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

1.1.1. Para os fins do artigo 66-B da Lei nº 4.728 e do artigo 18 da Lei nº 9.514, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente se encontram devidamente identificados no **Anexo I** deste Contrato.

1.1.2. Para os fins do artigo 66-B da Lei nº 4.728 e do artigo 18 da Lei nº 9.514, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente visam a garantir o pontual pagamento das Obrigações Garantidas, as quais têm suas características devidamente descritas no **Anexo II** deste Contrato.

1.1.3. A Cedente se responsabiliza pelo valor, suficiência das informações, veracidade, legalidade, validade, existência, exigibilidade, ausência de vícios, consistência, correta formalização e legitimidade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, garantindo que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, restrições ou contestações, de natureza pessoal e/ou real, por parte de terceiros e/ou dos respectivos devedores, conforme aplicável (exceto pela presente cessão fiduciária), não existindo quaisquer procedimentos administrativos ou ações judiciais, pessoais ou reais, de qualquer natureza, que afetem ou possam vir a afetar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

1.2. Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, a cessão fiduciária dos Recebíveis Cedidos prevista neste Contrato é realizada sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, estando sua plena eficácia e validade condicionadas à obtenção pela Cedente da anuência prévia e por escrito do [informar poder concedente que é parte no contrato cujos direitos creditórios], que deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo máximo de [\*] Dias Úteis, contados da data de assinatura do presente Contrato, prorrogáveis mediante aprovação da totalidade dos Debenturistas reunidos em AGD ("Condição Suspensiva").

1.2.1. Caso a Cedente não envie ao Agente Fiduciário o(s) comprovante(s) da obtenção da anuência prévia por escrito dos devedores a que se refere a cláusula 1.2 acima no prazo ali indicado, a Cedente deverá ceder fiduciariamente novos direitos creditórios aos Debenturistas, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, sujeitos à verificação pelo Agente Fiduciário, ou percentual adicional de Direitos Creditórios que já tenham sido cedidos fiduciariamente e não dependam de anuência prévia, por meio da celebração de aditamento ao presente Contrato substancialmente nos termos do modelo integrante deste Contrato na forma do **Anexo III**, de forma a recompor o Limite Mínimo Global das Garantias Reais, conforme termos e prazos dispostos na Cláusula Quarta deste Contrato, sob pena de se caracterizar a Hipótese de Vencimento Antecipado prevista na alínea (j) da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão.

1.2.2. Uma vez implementada a Condição Suspensiva, nos termos da cláusula 1.2 acima, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão automaticamente considerados cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do integral pagamento das Obrigações Garantidas, independentemente de formalização de qualquer aditamento a este Contrato.

1.3. A cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato permanecerá íntegra e em pleno vigor a partir da implementação da Condição Suspensiva e até a data em que ocorrer um dos seguintes eventos ("Prazo de Vigência"): (a) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou (b) que a obrigação seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido o produto da excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente de forma definitiva e incontestável. Liquidadas as Obrigações Garantidas, conforme certificado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, em notificação nesse sentido a ser enviada à Cedente, este Contrato ficará imediatamente terminado de pleno direito, e os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão liberados do gravame por este Contrato criado às custas da Cedente, devendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, assinar e entregar no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento de solicitação nesse sentido a ser enviada pela Cedente, o termo de quitação devido e tomar toda e qualquer medida necessária à liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA RECEBIMENTO DOS RECEBÍVEIS CEDIDOS**

2.1. A Cedente se obriga a: fazer com que os Recebíveis Cedidos sejam pagos em moeda corrente nacional exclusivamente na Conta Vinculada CTR Alcântara, mediante o envio, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da implementação da Condição Suspensiva, de comunicação endereçada aos devedores dos Contratos de Prestação de Serviço com instruções nesse sentido. Sempre que forem creditados recursos na Conta Vinculada CTR Alcântara, o Banco Administrador deverá transferir tais recursos para a Conta Movimento: (a) no mesmo Dia Útil em que tiverem sido creditados, caso os créditos tenham sido depositados na Conta Vinculada CTR Alcântara até as 16h00; ou (b) no Dia Útil imediatamente posterior, caso os recursos tenham sido creditados após as 16h00; em qualquer dos casos, salvo quando ocorrer um Evento de Retenção. Nesta hipótese, observar-se-á o disposto na Cláusula 2.1.1 abaixo.

2.1.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1 deste Contrato, o Banco Administrador, atendendo a ordem do Agente Fiduciário, agindo mediante instruções dos Debenturistas reunidos em AGD, deverá bloquear a Conta Vinculada CTR Alcântara, de modo que a totalidade dos recursos ali depositados ou que venham a ser ali depositados fique indisponível à Cedente e permaneça à disposição dos Debenturistas, para movimentação exclusiva pelo Agente Fiduciário, a qualquer tempo, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (qualquer um dos eventos, um "Evento de Retenção"):

(a) não atendimento, pela Cedente, do Limite Mínimo Global das Garantias Reais, caso em que os recursos bloqueados na Conta Vinculada CTR Alcântara apenas serão liberados quando a Cedente, nos termos e prazos previstos na Cláusula Quarta abaixo: (i) complementar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente mediante a cessão de percentual adicional dos Direitos Creditórios, observados os prazos previstos neste Contrato e após anuência prévia do [inserir nome da poder concedente que é parte no contrato cujos direitos creditórios serão cedidos], nos termos do [inserir nome do contrato cujos direitos creditórios serão cedidos], de forma a assegurar a manutenção do Limite Mínimo Global das Garantias Reais; (ii) substituir ou complementar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente desde que atendam aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificado pelo Agente Fiduciário; ou (iii) substituir ou complementar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente por meio da outorga de outros bens e direitos em garantia, desde que com a aprovação prévia de Debenturistas, que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral, conforme estipulado na Escritura de Emissão e/ou nos demais Contratos de Garantia Real;

(b) descumprimento, pela Cedente, de qualquer obrigação prevista neste Contrato, na Escritura de Emissão ou em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures que não gere o vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual os recursos mantidos na Conta Vinculada CTR Alcântara serão retidos até que o referido descumprimento seja sanado, sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.1 abaixo;

(c) declaração de vencimento antecipado das Debêntures, hipótese em que os recursos bloqueados na Conta Vinculada CTR Alcântara serão utilizados para liquidação integral ou amortização das Obrigações Garantidas, quando aplicável, na forma da Cláusula Quinta deste Contrato. Após a integral liquidação das Obrigações Garantidas, o que sobejar será liberado e transferido para a Conta Movimento no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, mediante instruções dadas pelo Agente Fiduciário.

2.1.1.1. Na ocorrência de quaisquer dos eventos relacionados nas alíneas "a" a "c" da Cláusula 2.1.1 acima, o Agente Fiduciário, agindo de acordo com as instruções dos Debenturistas, deverá orientar por escrito o Banco Administrador sobre a destinação dos valores existentes na Conta Vinculada CTR Alcântara, sendo que as Partes desde já concordam que, nessas hipóteses, os recursos mantidos na Conta Vinculada CTR Alcântara poderão ser investidos de acordo com as ordens dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, exclusivamente em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), Fundo de Investimento Financeiro na modalidade "renda fixa" e/ou operações compromissadas do Banco Administrador.

2.1.2. A Cedente, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683 e 684 do Código Civil, nomeia o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seu bastante procurador pelo período necessário ao cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas, para: (a) movimentar a Conta Vinculada CTR Alcântara, nos termos deste Contrato; e (b) independentemente de anuência ou consulta prévia à Cedente, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do disposto neste Contrato, na Escritura de Emissão, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar a Cedente quais os atos praticados em até 2 (dois) Dias Úteis após a sua realização. Na ocorrência de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, aplicar-se-á o disposto na Cláusula Quinta abaixo.



2.1.3. Caso a Cedente, em violação ao disposto na Cláusula 2.1 acima, venha a receber os recursos decorrentes dos Recebíveis Cedidos de forma diversa da prevista neste instrumento, ou em conta diversa da Conta Vinculada CTR Alcântara, os receberá na qualidade de fiel depositária, devendo providenciar a transferência da totalidade dos referidos recursos para a Conta Vinculada CTR Alcântara em até 2 (dois) Dias Úteis de seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto.

2.1.4. A Cedente, neste ato, nomeia o Banco Administrador como depositário da Conta Vinculada CTR Alcântara e dos ganhos e receitas financeiras dela decorrentes. O Banco Administrador, por meio deste Contrato, expressamente aceita sua nomeação como fiel depositário da Conta Vinculada CTR Alcântara e dos ganhos e receitas financeiras dela decorrentes e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos, comprometendo-se a cumprir integralmente com o disposto neste Contrato e no Contrato de Administração de Contas Vinculadas.

2.1.5. Como parte do processo de constituição da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, o Banco Administrador obriga-se a prestar os serviços aqui descritos como de sua responsabilidade até a integral quitação das Obrigações Garantidas ou até que seja efetivamente substituído por outra instituição previamente aprovada pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão.

2.1.6. Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ficarão indisponíveis à Cedente caso ocorra um Evento de Retenção e permanecerão à disposição dos Debenturistas e do Agente Fiduciário nos termos deste Contrato, devendo o Banco Administrador atuar tão somente dentro dos limites e conforme requerimento do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

2.1.7. Adicionalmente, a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a não alterar ou modificar, sob qualquer forma, a Conta Vinculada CTR Alcântara sem o prévio consentimento por escrito da totalidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

2.2. A Cedente concorda que, durante a vigência deste Contrato, não poderá movimentar a Conta Vinculada CTR Alcântara, não sendo permitido à Cedente a emissão de cheques, a transferência ou a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita, ou qualquer outra movimentação dos recursos da Conta Vinculada CTR Alcântara, exceto para depósito ou recebimento de transferência em recursos/dinheiro, sendo que a Conta Vinculada CTR Barra Mansa será movimentada única e exclusivamente conforme instruções dadas pelo Agente Fiduciário, por conta e ordem dos Debenturistas, nos termos deste Contrato e da Escritura de Emissão.

2.3. O Banco Administrador se obriga, por meio deste Contrato, a: (a) não movimentar, compensar ou deduzir qualquer dos valores recebidos na Conta Vinculada CTR Alcântara sem que haja a prévia e expressa orientação dos Debenturistas, reunidos em AGD, representados pelo Agente Fiduciário, exceto as despesas decorrentes da manutenção da referida Conta Vinculada CTR Alcântara e/ou decorrentes das transferências previstas neste Contrato, incluídas as transferências para a liquidação ou amortização das Obrigações Garantidas, mediante instruções do Agente Fiduciário; e (b) fornecer à Cedente e ao Agente Fiduciário extratos mensais de acompanhamento da Conta Vinculada CTR Alcântara, contendo os valores das movimentações efetuadas na referida Conta Vinculada CTR Alcântara durante o aludido período. O Agente Fiduciário não será responsável por nenhum ato ou omissão do Banco Administrador em descumprimento com o presente Contrato ou qualquer instrução por ele recebida no âmbito do presente Contrato.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 3.º ANDAR CENTRO RJ  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES

2.4. Pelo presente Contrato, o Agente Fiduciário fica autorizado, em nome dos Debenturistas, a receber extratos, recibos e relatórios relativos à Conta Vinculada CTR Alcântara, devendo o Agente Fiduciário, sempre que solicitado, disponibilizar essas informações aos Debenturistas, no prazo de 3 (três) Dias Úteis do recebimento da aludida solicitação.

2.5. A Conta Vinculada CTR Alcântara não poderá ser encerrada até que findo o Prazo Vigência, o qual será informado pelo Agente Fiduciário ao Banco Administrador.

### CLÁUSULA TERCEIRA APERFEIÇOAMENTO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

3.1. Como parte do processo de constituição da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, a Cedente se obriga a, às suas exclusivas expensas:

(a) levar a registro este Contrato e averbar seus eventuais aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, conforme o caso;

(b) comprovar que levou este Contrato e seus eventuais aditamentos a registro, nos termos da alínea "a" acima, em até 1 (um) Dia Útil após a data de seu protocolo nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

(c) entregar este Contrato ou seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ao Agente Fiduciário em, no máximo, 1 (um) Dia Útil após a data do respectivo registro ou averbação, o que não poderá ultrapassar 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, não se responsabilizando a Cedente, porém, por eventuais atrasos do respectivo ou averbação decorrentes de ação ou omissão dos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

(d) manter exclusivamente junto ao Banco Administrador, na Conta Vinculada CTR Alcântara, o recebimento dos Recebíveis Cedidos durante todo o tempo em que este Contrato estiver em vigor, na forma estabelecida na Cláusula Segunda acima;

(e) incluir em todos os documentos ou arquivos de cobrança emitidos pela Cedente, relativos aos Recebíveis Cedidos, a Conta Vinculada CTR Alcântara como sendo a única conta bancária na qual deverão ser depositados os pagamentos relativos aos Recebíveis Cedidos, devendo notificar o(s) devedor(es) dos Recebíveis Cedidos para que efetue(m) os respectivos pagamentos na Conta Vinculada CTR Alcântara; e

(f) permanecer, até a liquidação da totalidade das Obrigações Garantidas, na posse e guarda dos documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluindo todos e quaisquer contratos, relatórios, boletos, notas fiscais e faturas, assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositário desses documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exibí-los ou entregá-los ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, ou ao juízo competente no prazo que vier por este a ser determinado.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 152 - 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO A. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

3.2. Nos termos e para os fins do artigo 293 do Código Civil, e sem prejuízo de quaisquer demais disposições previstas na legislação aplicável e neste Contrato, a Cedente neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil, outorga poderes ao Agente Fiduciário para, independentemente de consulta prévia à Cedente, como seu bastante procurador, conforme instruções prévias e escritas dos Debenturistas reunidos em AGD, solicitar: o bloqueio da Conta Vinculada CTR Alcântara, transferir aos Debenturistas os recursos depositados na Conta Vinculada CTR Alcântara no montante necessário para os fins da Cláusula Segunda acima e para a amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas nos termos da Cláusula Quinta deste Contrato, no caso de um Evento de Retenção ou da excussão da garantia constituída nos termos deste Contrato, transferir os recursos da Conta Vinculada CTR Alcântara para a Conta Movimento, desde que não tenha ocorrido em Evento de Retenção, e ainda poder, mas não sendo obrigado, a promover em nome da Cedente o registro deste Contrato, nos termos da Cláusula 3.1 acima, caso a Cedente não o tenha feito, bem como para praticar todos os atos necessários para liquidar as Obrigações Garantidas, podendo, enfim, para os fins descritos e estabelecidos neste Contrato, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento de todas as suas obrigações, na qualidade de representante dos Debenturistas. O Agente Fiduciário deverá informar a Cedente em até 2 (dois) Dias Úteis após a realização de quaisquer dos atos aqui previstos.

#### CLÁUSULA QUARTA

#### LIMITE MÍNIMO GLOBAL DAS GARANTIAS REAIS, RECOMPOSIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E LIBERAÇÃO DA GARANTIA

4.1. Para fins da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, a Cedente se obriga, desde a data de assinatura deste Contrato e até o término do Prazo de Vigência, a manter cedidos fiduciariamente, nos termos deste Contrato, Recebíveis Cedidos suficientes para que, somados aos Créditos Bancários e aos bens e direitos onerados nos termos dos demais Contratos de Garantia Real (exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos), correspondam a, no mínimo, o Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

4.1.1. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, junto aos extratos que lhe forem encaminhados pelo Banco Administrador e junto ao saldo das Obrigações Garantidas, em até 3 (três) Dias Úteis após o final de cada trimestre (cada uma dessas datas, uma "Data de Apuração"), o atendimento ao Limite Mínimo Global das Garantias Reais, devendo a Cedente e o Banco Administrador fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários para que este possa fazer as verificações referidas nesta Cláusula Quarta em até 1 (um) Dia Útil anterior à respectiva Data de Apuração.

4.1.2. Na hipótese de ocorrer qualquer arresto e/ou bloqueio de recursos depositados na Conta Vinculada CTR Alcântara, por força de ordem judicial, os recursos arrestados e/ou bloqueados serão descontados para fins de cálculo do Limite Mínimo Global das Garantias Reais, observado o disposto na Cláusula 4.1.3 abaixo.

4.1.3. Caso, em qualquer Data de Apuração, o Agente Fiduciário verifique o não atendimento do Limite Mínimo Global das Garantias Reais, observar-se-á o disposto a seguir:

(a) o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, (i) notificar os Debenturistas, os quais poderão instruí-lo a solicitar ao Banco Administrador o bloqueio dos recursos mantidos na Conta Vinculada

CTR Alcântara, conforme a Cláusula Segunda deste Contrato; e (ii) comunicar a Cedente sobre o não atendimento ao Limite Mínimo Global das Garantias Reais;

(b) no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de recebimento da comunicação a que se refere a alínea "a" acima, a Cedente deverá enviar ao Agente Fiduciário, com cópia ao Banco Administrador, comunicação indicando: (i) o percentual adicional dos Direitos Creditórios que serão cedidos fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, acompanhada de carta de anuência prévia do [inserir nome do poder concedente que é parte no contrato cujos direitos creditórios serão cedidos], nos termos do [inserir nome do contrato cujos direitos creditórios serão cedidos], de forma a complementar o Limite Mínimo Global das Garantias Reais; e/ou (ii) novos direitos creditórios que serão cedidos fiduciariamente, desde que atendam aos Critérios de Elegibilidade, de forma a substituir ou complementar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, devendo a Cedente fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações necessárias à verificação do atendimento dos referidos critérios ("Direitos Creditórios Adicionais"); e

(c) no prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis contados da data de recebimento das comunicações a que se refere a alínea "b" acima, o Agente Fiduciário, comunicará a Cedente, com cópia ao Banco Administrador, sobre: (i) a regularidade da cessão fiduciária do percentual adicional dos Direitos Creditórios; e/ou (ii) a aceitação dos Direitos Creditórios Adicionais, que atendam aos Critérios de Elegibilidade; em qualquer dos casos, em montante suficiente para restabelecer o Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

4.1.3.1. Não obstante o disposto na cláusula 4.1.3. acima, é facultado à Cedente e/ou à Emissora, conforme aplicável, apresentarem novos bens e direitos em garantia, para complementação ou substituição dos Recebíveis Cedidos, caso em qualquer Data de Apuração o Limite Mínimo Global das Garantias Reais não seja atendido. Tal substituição deverá observar os requisitos, termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão e nos demais Contratos de Garantia Real, bem como ser aprovada previamente pelos Debenturistas, que representem no mínimo 90% das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD.

4.1.4. Os Contratos de Prestação de Serviços cujos Direitos Creditórios Adicionais venham a ser cedidos para a constituição da presente cessão fiduciária ou para o Reforço de Garantia deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):

(a) ser um contrato de prestação de serviços celebrado entre a Cedente ou qualquer sociedade empresária pertencente ao seu grupo econômico na qualidade de prestadores de serviços;

(b) ter, no máximo, o prazo superior a 1 (um) ano do prazo de vencimento das Debêntures;

(c) ser decorrentes de serviços prestados e que venham a ser prestados pela Cedente ou qualquer sociedade empresária pertencente ao seu grupo econômico;

(d) estar livres e desembaraçados de qualquer Ônus (assim definido como penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, incluindo arresto, sequestro ou penhora, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pela presente cessão fiduciária ou pelo ônus relativo à Condição Suspensiva);

- (e) estar livres e desembaraçados de qualquer condição, de qualquer natureza, que possa obstar inviabilizar o pleno exercício dos direitos e prerrogativas dos documentos das Obrigações Garantidas, salvo no caso de necessidade de autorização da contraparte, hipótese em que se aplicarão disposições da alínea "h" desta cláusula 4.1.4;
- (f) não estar inadimplidos pelos respectivos devedores há mais de 60 (sessenta) dias corridos;
- (g) ser devidos por pessoas jurídicas que, cumulativamente:
  - (i) não tenham vínculo societário, direto ou indireto, com a Cedente;
  - (ii) não tenham sua falência ou recuperação judicial ou extrajudicial pedida, decretada ou homologada;
- (h) ser representados por contrato(s) de prestação de serviços que, alternativamente:
  - (i) não contenham qualquer restrição para a constituição da presente cessão fiduciária, e estejam acompanhados de declaração da Cedente de que a constituição da cessão fiduciária é permitida (sendo que tal declaração não exime a obrigação do Agente Fiduciário de verificar que a constituição da cessão fiduciária é permitida); ou
  - (ii) caso contenham restrição para a constituição da cessão fiduciária, estejam acompanhados de (x) autorização do respectivo devedor para a constituição da cessão fiduciária; e (y) declaração da Cedente de que a constituição da cessão fiduciária é permitida (sendo que tal declaração não exime a obrigação do Agente Fiduciário de verificar que a constituição da cessão fiduciária é permitida); ou
  - (iii) Na hipótese de não ter sido obtida a anuência prévia do referido devedor, a Cedente deverá firmar "Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças" sob condição suspensiva dentro do prazo estabelecido na Cláusula 1.2 deste Contrato.

4.1.4.1. O Agente Fiduciário verificará o atendimento dos Critérios de Elegibilidade:

- (a) com relação aos Critérios de Elegibilidade a que se refere a Cláusula 4.1.4 acima, alíneas "a" e "h", com base, exclusivamente, em documentos entregues pela Cedente; e
- (b) com relação aos demais Critérios de Elegibilidade, com base, exclusivamente, em declarações firmadas por representantes legais das Cedentes.

4.2. As Partes se obrigam a, em até 10 (dez) Dias Úteis contados das comunicações sobre a regularidade da cessão fiduciária do percentual adicional dos Direitos Creditórios e/ou sobre a aceitação dos Direitos Creditórios Adicionais, previstas na alínea "c" da Cláusula 4.1.3 acima, celebrar aditamento a este Contrato, nos termos do modelo do Anexo V deste Contrato, de forma a refletir a complementação ou a substituição dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, devendo o referido aditamento estabelecer que o percentual adicional dos Direitos Creditórios e/ou os Direitos Creditórios Adicionais cedidos fiduciariamente, conforme o caso, que deverão ser necessariamente

depositados na Conta Vinculada CTR Alcântara, bem como, realizar os devidos registros do referido aditamento junto aos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

4.3. A Cedente se obriga a, no prazo de até: (a) 90 (noventa) dias corridos antes do vencimento do Contrato de Concessão Administrativa e/ou de quaisquer dos Contratos de Prestação de Serviços conforme aplicável, notificar o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas informando a eventual negociação para a renovação do Contrato de Concessão Administrativa e/ou do respectivo Contrato de Prestação de Serviços, conforme aplicável, ou comprovar que existe celebração de um novo contrato, que substitua o Contrato de Concessão Administrativa ou o Contrato de Prestação de Serviços a vencer, conforme aplicável (sendo que no caso de substituição do Contrato de Prestação de Serviços, este novo contrato deverá atender aos Critérios de Elegibilidade), cujos direitos creditórios de titularidade da Cedente deverão ser cedidos fiduciariamente em benefício dos Debenturistas ("Novo Contrato"), observada a manutenção do Limite Mínimo Global das Garantias Reais; e (b) 30 (trinta) dias corridos antes do vencimento do Contrato de Concessão Administrativa ou de quaisquer dos Contratos de Prestação de Serviços, conforme aplicável, comprovar ao Agente Fiduciário que a renovação ou substituição desses contratos, foi devidamente formalizada.

4.3.1. Na hipótese de substituição do Contrato de Prestação de Serviços a vencer, a notificação a ser enviada pela Cedente nos termos da cláusula 4.3 acima deverá ser acompanhada de todas as informações sobre o Novo Contrato que sejam necessárias para a verificação dos Critérios de Elegibilidade pelo Agente Fiduciário.

4.3.2. Mediante a verificação de atendimento aos Critérios de Elegibilidade do Novo Contrato pelo Agente Fiduciário, as Partes se comprometem a, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes do vencimento do Contrato de Prestação de Serviços, celebrar aditamento ao presente Contrato para incluir em seu objeto os direitos creditórios decorrentes do Novo Contrato, devendo o referido aditamento estabelecer que os direitos creditórios decorrentes do Novo Contrato serão necessariamente depositados na Conta Vinculada CTR Alcântara, bem como, realizar os devidos registros do referido aditamento junto aos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

4.3.3. Na hipótese de substituição do Contrato de Concessão Administrativa por Novo Contrato, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente após o recebimento da notificação a que se refere a cláusula 4.3 acima, convocar AGD a fim de submeter tal substituição a aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

4.3.4. Mediante a aprovação, de Debenturistas, reunidos em AGD, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, da substituição do Contrato de Concessão Administrativa pelo Novo Contrato, as Partes se comprometem a, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes do vencimento do Contrato de Concessão Administrativa, celebrar aditamento ao presente Contrato para incluir em seu objeto os direitos creditórios decorrentes do Novo Contrato, devendo o referido aditamento estabelecer que os direitos creditórios decorrentes do Novo Contrato serão necessariamente depositados na Conta Vinculada CTR Barra Mansa, bem como, realizar os devidos registros do referido aditamento junto aos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

4.4. A Cedente se obriga, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial do Banco Administrador e/ou do Agente Fiduciário nesse sentido, a atender e tomar todas as medidas necessárias à manutenção do Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

4.5. Enquanto o Limite Mínimo Global das Garantias Reais não for atendido, aplicar-se-á disposto na Cláusula 2.1.1 deste Contrato, sendo certo que, em qualquer hipótese, o Limite Mínimo Global das Garantias Reais deverá ser recomposto pela Cedente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Cedente, da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário sobre o não atendimento do Limite Mínimo Global das Garantias Reais, observado disposto na Cláusula 4.1.3.1., sob pena de se caracterizar a Hipótese de Vencimento Antecipado prevista na alínea (j) da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão.

4.6. Caso, em qualquer Data de Apuração a partir da primeira verificação dos Índices Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão, o montante resultante do somatório das garantias reais representadas pelos Contratos de Garantia Real (exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos) exceda o Limite Mínimo Global das Garantias Reais aplicável à referida Data de Apuração, e desde que (a) os Índices Financeiros estejam sendo cumpridos; (b) nenhum evento de inadimplemento das obrigações decorrentes das Debêntures ou Hipótese de Vencimento Antecipado tenha ocorrido, ou mesmo nenhuma hipótese de Vencimento Antecipados dos Contratos de Garantias Reais tenha ocorrido; e (c) desde que o Prazo Médio Final Ponderado da dívida consolidada da Emissora seja superior a 7 (sete) anos, o valor total das Garantias Reais, consideradas em conjunto, excetuada a Cessão Fiduciária de Dividendos e observado os resultados apresentados nos Laudos de Avaliação das Garantias Reais, os Debenturistas reunidos em AGD deverão instruir o Agente Fiduciário a liberar percentual de quaisquer das garantias representadas pelos Contratos de Garantia Real (exceto pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Dividendos) em montante suficiente para atingir o Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

4.7. Uma vez atingido o Limite Mínimo Global das Garantias Reais de 120% (cento e vinte por cento), após a Data de Verificação dos Índices Financeiros referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, o Prazo Médio Final Ponderado da dívida consolidada da Emissora não mais será considerado para fins de verificação da manutenção pela a Emissora do Limite Mínimo Global das Garantias Reais.

4.8. Na hipótese prevista na cláusula 4.6 acima, as Partes deverão, caso aplicável, celebrar aditamento ao presente Contrato de forma a proceder à liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente cabíveis.

#### CLÁUSULA QUINTA EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

5.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Segunda deste Contrato e se assim deliberado pelos Debenturistas, quando aplicável, na ocorrência (a) do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas nos termos da Escritura de Emissão; (b) do descumprimento das Obrigações Garantidas nas respectivas datas de vencimento sem os respectivos pagamentos, não sanado em até 1 (ums) Dia Útil contado do referido descumprimento; e/ou (c) descumprimento, pela Cedente, de qualquer obrigação prevista neste Contrato, não sanado em até 10 (dez) dias contados do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico nos termos deste Contrato, o Agente Fiduciário, por conta e ordem dos Debenturistas e por eles assim instruído, deverá, de boa-fé, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, receber, no todo ou em parte, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas. Para tanto, nas hipóteses previstas nesta Cláusula 5.1 o Agente Fiduciário fica autorizado pela Cedente, em caráter irrevogável e irretroatável, inclusive por meio

do Banco Administrador, a ceder, usar, sacar, descontar, investir ou resgatar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, utilizando o produto na amortização ou, se possível, na liquidação das Obrigações Garantidas devidas e não pagas nos termos da Escritura de Emissão pela Cedente e todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a cessão, uso, saque, desconto, investimento ou resgate dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ou sobre o pagamento, aos Debenturistas do montante, de seu crédito, conforme instruções recebidas dos Debenturistas. Ao final, o Banco Administrador deverá entregar à Cedente o que porventura sobejar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após instruções dadas pelo Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário deverá comunicar à Cedente, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, a ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado listadas nessa cláusula 5.1.

5.1.1. Fica o Agente Fiduciário, sem prejuízo do disposto na cláusula 2.1.1. e seguintes acima, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Cedente nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e a praticar quaisquer atos necessários à excussão da garantia objeto deste Contrato, sendo-lhe conferidos todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente para tanto, inclusive os poderes *ad judicium* e *ad negotia*.

5.1.2. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula Quinta, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser exclusiva e imediatamente aplicados na amortização e/ou liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, após instruções dadas pelo Agente Fiduciário.

5.1.3. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula Quinta não sejam suficientes para liquidar as Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável pelo saldo remanescente atualizado das Obrigações Garantidas, até a sua integral liquidação.

5.1.4. O Agente Fiduciário comunicará a Cedente acerca da excussão da garantia, prevista na cláusula 5.1. deste Contrato, em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência.

5.2. A Cedente se obriga a praticar todos os atos e a cooperar com o Agente Fiduciário e/ou com o Banco Administrador, conforme o caso, em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula Quinta, devendo, inclusive, enviar ao Agente Fiduciário, quando solicitado, original dos documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente mantidos sob sua guarda e custódia nos termos da alínea "f" da Cláusula 3.1 deste Contrato.

5.3. A Cedente declara, sob as penas da lei, para fins da realização, pelo Agente Fiduciário, do protesto, cobrança e/ou execução dos documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, que mantém em seu poder, guarda e custódia os documentos a que se refere a Cláusula 5.2 acima, comprometendo-se a exibi-los e/ou entregá-los a qualquer momento em que forem exigidos, no lugar que for determinado, especialmente no caso de sobrevir a sustação judicial do protesto.

5.4. O Agente Fiduciário deverá agir estritamente de acordo com as instruções por escrito recebidas dos Debenturistas, não cabendo ao Agente Fiduciário qualquer discricionariedade em sua atuação e, portanto, nenhuma responsabilidade sobre as medidas tomadas de acordo com as instruções recebidas dos Debenturistas, que deverão, por sua vez, observar o disposto na Escritura de Emissão sobre o assunto.



5.4.1. O Agente Fiduciário poderá abster-se de tomar providência para executar a garantia se houver dúvidas relevantes e justificadas a respeito das instruções recebidas ou acerca de sua legalidade sem qualquer responsabilidade, devendo, contudo, o Agente Fiduciário emendar seus melhores esforços para sanar referidas dúvidas no menor prazo possível, consultando, se necessário, os Debenturistas ou assessores profissionais.

5.5. A presente cessão fiduciária em garantia será compartilhada em igualdade de condições por todos os Debenturistas, sem qualquer preferência de um deles em relação aos demais, de modo que, caso os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente venham a ser executados, o produto de tal execução será compartilhado entre os Debenturistas, na proporção do valor dos créditos detidos por cada um deles.

## CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDENTE

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato, na Escritura de Emissão e em qualquer dos demais documentos relacionados às Debêntures, conforme aplicável, durante o Prazo de Vigência, a Cedente se obriga, nos seguintes termos, a:

- (a) manter junto ao Banco Administrador o recebimento dos Recebíveis Cedidos até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas;
- (b) manter a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, e contabilizá-la na sua escrituração ou fazer constar nota explicativa no seu balanço;
- (c) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do momento em que tenha tomado conhecimento do respectivo evento, qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a hígidez da garantia fiduciária ora prestada neste Contrato;
- (d) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, ter um efeito adverso relevante para os Debenturistas, ou alterar a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere esta alínea;
- (e) manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações de natureza tributária que sejam necessárias para viabilizar o registro da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato e de seus aditamentos, nos termos da legislação em vigor;
- (f) dar ciência, por escrito, aos seus administradores e executivos, dos termos e condições deste Contrato, e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
- (g) prestar e/ou enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as informações e documentos: (i) necessários à cobrança e manutenção dos Recebíveis Cedidos nos termos previstos neste Contrato; (ii) necessários

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

ao controle do Limite Mínimo Global das Garantias Reais; e (iii) relativos à Conta Vinculada CTR Alcântara, ficando autorizado desde já o Banco Administrador, independentemente de anuência ou consulta prévia à Cedente, a prestar ao Agente Fiduciário as informações a que se refere esta alínea "g" de que tiver conhecimento e que entender convenientes;

(h) não ceder, descontar ou constituir quaisquer ônus (exceto pela cessão fiduciária em garantia constituída nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados às Debêntures) sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ou sobre os documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (incluindo, sem limitação, os respectivos boletos, contratos, faturas e notas fiscais emitidos);

(i) não alterar, ou permitir que seja alterada, qualquer cláusula ou condição dos documentos representativos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, de forma a provocar a redução da garantia prestada pela Cedente por meio deste Contrato;

(j) não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar o cumprimento, pela Cedente, dos Contratos de Prestação de Serviços e/ou das condições da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, inclusive por meio do recebimento de adiantamentos de valores relacionados aos Contratos de Prestação de Serviços que não seja feito na Conta Vinculada CTR Alcântara;

(k) não alterar, encerrar ou onerar a Conta Vinculada CTR Alcântara ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do Contrato de Administração de Contas Vinculadas, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração da Conta Vinculada CTR Alcântara ou na alteração, expressa ou tácita, do respectivo Contrato de Administração de Contas Vinculadas ou, ainda, na renúncia de direitos da Cedente sobre tal Contrato;

(l) não substituir o Banco Administrador sem o prévio e expresse consentimento da totalidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;

(m) apresentar informações sobre o saldo remanescente dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente para fins de verificação do Limite Mínimo Global das Garantias Reais; e

(n) indenizar, defender, eximir, manter indene e, quando aplicável, reembolsar o Agente Fiduciário em relação a todos e quaisquer prejuízos, indenizações, responsabilidades, danos, desembolsos, adiantamentos, tributos ou despesas (inclusive honorários e despesas de advogados externos) pagos ou incorridos pelo Agente Fiduciário, direta ou indiretamente, independentes de sua natureza, decorrentes do descumprimento, pela Cedente, das Obrigações Garantidas e/ou descumprimentos relacionados ao presente Contrato.

6.2. A Cedente, às suas próprias expensas, celebrará os documentos e instrumentos adicionais necessários que venham a ser exigidos de tempos em tempos para permitir que o Agente Fiduciário proteja os direitos ora constituídos no que respeito aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA DECLARAÇÕES DA CEDENTE

7.1. A Cedente, neste ato, faz as seguintes declarações adicionais perante o Agente Fiduciário: as declarações estas que deverão permanecer em pleno vigor após a celebração e durante toda a vigência deste Contrato e da Escritura de Emissão:

- (a) é legítima possuidora e proprietária dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, que encontraram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, alienação, caução, penhor, encargos e gravames de qualquer natureza (exceto pela cessão fiduciária em garantia constituída por este Contrato), não existindo contra a Cedente qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar de forma substancial ou invalidar a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato;
- (b) possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este Contrato, outorgar mandato a terceiros e cumprir as obrigações por ela assumidas neste Contrato, bem como obteve todas as autorizações societárias necessárias para autorizar a celebração deste Contrato;
- (c) a celebração e a execução deste Contrato não infringem nem violam nenhuma disposição de seu estatuto social ou das leis e dos regulamentos a que se submete;
- (d) os signatários deste Contrato têm poderes e foram devidamente autorizados a celebrar este Contrato, vinculando a Cedente;
- (e) mediante o registro deste Contrato e de seus eventuais aditamentos a ser providenciado pela Cedente, conforme previsto nas alíneas "a", "b" e "c" da Cláusula 3.1 acima, a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato será devidamente constituída e será válida nos termos das leis brasileiras, constituindo em favor dos Debenturistas um direito real de garantia de primeiro e único grau, válido, eficaz, exigível e exequível perante quaisquer terceiros sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
- (f) ressalvados os registros mencionados na alínea "e" acima e o cumprimento da Condição Suspensiva, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou junto a qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e cumprimento deste Contrato;
- (g) as obrigações assumidas neste Contrato não implicam: (i) no inadimplemento pela Cedente de qualquer obrigação por ela assumida em qualquer negócio jurídico; (ii) na rescisão de quaisquer contratos celebrados pela Cedente; ou (iii) no descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento, nem de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, ou decisão arbitral a que a Cedente esteja sujeita; e
- (h) os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente são originados de negócios comerciais legítimos e existentes e são devidamente constituídos de acordo com a legislação e regulamentação brasileiras.

7.2. A Cedente se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar o Banco Administrador, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelo Banco

Administrador, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Sétima. A indenização a que se refere esta Cláusula 7.2 deverá ser paga em dinheiro, em até (três) Dias Úteis após o recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Banco Administrador e/ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, sempre com cópia entre si.

7.3. Sem prejuízo do disposto na cláusula 7.2 acima, a Cedente se obriga a notificar imediatamente o Agente Fiduciário e o Banco Administrador caso quaisquer das declarações aqui prestadas se tornem inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.4. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas pela Cedente deverão também ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvado as atualizações devidas e necessárias.

## CLÁUSULA OITAVA BANCO ADMINISTRADOR E AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e decorrentes da Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados às Debêntures, o Banco Administrador se obriga a:

(a) salvo se de outra forma expressa e inequivocadamente instruído pelo Agente Fiduciário, acatar o depósito dos Direitos Creditórios na Conta Vinculada CTR Alcântara durante todo o tempo em que este Contrato estiver em vigor e transferi-los para a Conta Movimento no prazo indicado na cláusula 2.1 deste Contrato, além de não realizar movimentação de valores em desacordo com o disposto neste Contrato;

(b) assinar exclusivamente por si os aditamentos a este Contrato nos termos previstos neste Contrato;

(c) acatar imediatamente a orientação dada pelo Agente Fiduciário, conforme instruído pelos Debenturistas, para bloqueio da Conta Vinculada CTR Alcântara, na ocorrência de um Evento de Retenção, independentemente de notificação à Cedente, o que deverá ser comunicado à Cedente pelo Agente Fiduciário no prazo de 1 (um) Dia Útil após o referido bloqueio; e

(d) atender, independentemente de comunicação prévia à Cedente ou de sua anuência, todas as ordens do Agente Fiduciário relacionadas ao cumprimento deste Contrato, devendo, inclusive, nas hipóteses aqui previstas: (i) manter a Conta Vinculada CTR Alcântara bloqueada, permitindo a excussão prevista neste Contrato, nos prazos e formas previstos neste Contrato, mediante a utilização dos recursos da Conta Vinculada CTR Alcântara para amortização ou liquidação das Obrigações Garantidas; (ii) praticar qualquer outro ato necessário para que os recursos oriundos dos Direitos Creditórios sejam depositados unicamente na Conta Vinculada CTR Alcântara; e (iii) permanecer no exercício de suas funções durante o Prazo de Vigência ou até a sua efetiva substituição por outra instituição aceita pelos Debenturistas. O Agente Fiduciário deverá enviar comunicação à Cedente no prazo de 1 (um) Dia Útil após o bloqueio da Conta Vinculada CTR Alcântara contendo as instruções relacionadas ao cumprimento deste Contrato.

8.2. As Partes, por este Contrato, concordam de forma irrevogável e irretratável que:

- (a) o Agente Fiduciário agirá, dentro de um critério de razoabilidade e com a diligência necessária para conferir à cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato o devido grau de cuidado;
- (b) os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente não auferirão nem farão jus a juros, atualização monetária ou qualquer remuneração, ressalvadas as hipóteses de investimento dos valores bloqueados na Conta Vinculada CTR Alcântara, nos termos da cláusula 2.1.1.1 deste Contrato;
- (c) o Banco Administrador não presta qualquer declaração ou garantia quanto à validade, valor, autenticidade, remuneração mínima ou possibilidade de cobrança de qualquer Direito Creditório Cedido Fiduciariamente ou outro documento ou instrumento detido por ou a ele entregue;
- (d) o Banco Administrador não terá qualquer responsabilidade caso, por força de ordem judicial, os recursos existentes na Conta Vinculada CTR Alcântara sejam arrestados e/ou bloqueados, cabendo ao Banco Administrador notificar por escrito o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a ciência sobre a ocorrência de tais eventos;
- (e) a Cedente pagará ou reembolsará ao Banco Administrador, mediante solicitação, quaisquer tributos de transferência ou outros tributos relacionados à cessão fiduciária em garantia de que trata este Contrato, incorridos com relação a este Contrato, bem como indenizará e isentará o Banco Administrador de quaisquer valores que ele seja obrigado a pagar no tocante aos referidos tributos, desde que devidamente comprovados;
- (f) as informações relativas a este Contrato, a serem fornecidas pelo Banco Administrador ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação, restringem-se apenas às informações sobre o extrato mensal contendo a movimentação de recursos da Conta Vinculada CTR Alcântara, conforme instruções do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e instruído por eles, na hipótese de inadimplemento da Cedente;
- (g) as obrigações do Banco Administrador são apenas as previstas expressamente neste Contrato e no Contrato de Administração de Contas Vinculadas; e
- (h) existindo divergências e/ou conflitos entre as obrigações previstas neste Contrato e no Contrato de Administração de Contas Vinculadas, prevalecerão as disposições constantes no Contrato de Administração de Contas Vinculadas.

8.3. O Agente Fiduciário obriga-se, enquanto vigorar este Contrato, a:

- (a) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, na execução destas, as disposições deste Contrato;
- (b) proteger os direitos dos Debenturistas sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, devendo negociar com os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da mesma forma que negociaria com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade e obedecer todas as demais disposições deste Contrato que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas;

1. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO A. MOUTINHO ANTUNES  
2. ORIGINAL SUBSTITUTO

(c) solicitar ao Banco Administrador o cumprimento de quaisquer providências que sejam necessárias para os fins de obter ou preservar integralmente os benefícios deste Contrato e os direitos e poderes aqui outorgados;

(d) notificar o Banco Administrador da ocorrência de qualquer inadimplemento das Obrigações Garantidas, sendo que uma cópia de tal notificação deverá ser remetida à Cedente; e

(e) agir, na qualidade de representante dos Debenturistas, unicamente de acordo com as instruções que lhe forem passadas pelos Debenturistas.

8.5. A Cedente reconhece, outrossim, que o Agente Fiduciário poderá ser substituído, a qualquer tempo pelos Debenturistas, conforme deliberação em AGD, nos termos da Escritura de Emissão. A Cedente compromete-se a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

## CLÁUSULA NONA COMUNICAÇÕES

9.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

*Se para a Cedente:*

**CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.**

Rua Doutor Feliciano Sodré, n.º 141, sala 502, Almerinda

24742-000, São Gonçalo - RJ

At.: [ ]

Telefone: [ ]

Fac-símile: [ ]

E-mail: [ ]

*Se para o Agente Fiduciário:*

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim Bibi

04538-132, São Paulo - SP

At: Viviane Aparecida Rodrigues Afonso

Telefone: (11) 2172-2628

Fac-símile: (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br

*Se para o Banco Administrador:*

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**

Att.: Custódia de Terceiros (Célula de Escrow)

Paulo Cesar Belloni e/ou Debora Mellin

Endereço: Rua Amador Bueno, 474 – Bloco D - 2º andar - Estação 451

Santo Amaro - São Paulo, SP

Telefone: (11) 3553-8576 ou (11) 3553-8551

Fax: (11) 5538-6937

Email: pcbelloni@santander.com.br  
debora.mellin@santander.com.br  
custodiaescrow@santander.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues (a) quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima e (b) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer um dos dados para contato indicados acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seus dados alterados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

### CLÁUSULA DÉCIMA DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste Contrato.

10.2. A garantia prevista neste Contrato será independente de quaisquer outras garantias prestadas ou que venham a ser prestadas em favor dos Debenturistas, de modo que o Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, em nome dos Debenturistas, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas.

10.3. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores e cessionários, a qualquer título, ao seu fiel e integral cumprimento.

10.4. A Cedente não poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato a quaisquer terceiros, a qualquer título, exceto se com o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário, em nome da totalidade dos Debenturistas, poderá ceder ou de outra forma transferir direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, total ou parcialmente, se assim aprovado pela totalidade dos Debenturistas reunidos em AGD, sem a necessidade de qualquer consentimento, prévio ou posterior, da Cedente, devendo, porém, o Agente Fiduciário enviar à Cedente comunicação escrita, em até 5 (cinco) Dias Úteis da formalização da respectiva cessão, informando as principais características do cessionário e da própria cessão.

10.5. Na hipótese de a cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato: (a) tornar-se insuficiente; ou (b) vir a ser objeto de penhora, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa de efeito similar, a Cedente ficará obrigada a reforçar a presente garantia, nos termos deste Contrato, da Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados às Debêntures, de modo a recompor integralmente a garantia originalmente prestada.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANGA 152 - 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO MOUTINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

10.6. Qualquer alteração, modificação, aditamento, complemento ou renúncia dos termos condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes, devidamente registrados nos cartórios competentes.

10.7. A invalidação, nulidade ou inexecutabilidade, no todo ou em parte, de qualquer disposição deste Contrato não afetará as demais disposições deste Contrato, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato, as Partes obrigam-se a negociar, na medida permitida pela legislação aplicável, de boa-fé e no menor prazo possível, uma alteração a este Contrato a fim de substituir a disposição declarada inválida, nula ou inexecutável por uma nova que seja válida e vinculante e observe a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da disposição declarada inválida, nula ou inexecutável, bem como o contexto em que se insere.

10.8. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

10.9. A Cedente concorda, como condição deste Contrato, no que lhe disser respeito, em tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, e em praticar tais medidas de modo a possibilitar aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e ao Banco Administrador o bom exercício de todos os seus direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

10.10. Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelo Banco Administrador em decorrência de registros, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, ao recebimento do produto da excussão da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas e do Banco Administrador previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros custos ou despesas relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas, será de responsabilidade da Cedente, devendo ser reembolsado ao Agente Fiduciário ou ao Banco Administrador, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento pela Cedente de notificação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelo Banco Administrador conforme o caso.

10.11. Fica assegurado ao Agente Fiduciário o amplo direito de verificar a integridade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo, desta forma, solicitar à Cedente que lhe forneça, a qualquer momento, declaração de manutenção do registro da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, nos termos previstos neste Contrato e na Escritura de Emissão.

10.12. A Cedente autoriza o Banco Administrador e os Debenturistas, a qualquer tempo, mesmo após a extinção deste Contrato e da Escritura de Emissão, a: (a) fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o SCR, informações sobre o montante de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, bem como o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas; e (b) consultar o SCR sobre eventuais informações existentes em nome da Cedente.



10.13. Em caso de substituição do Banco Administrador, as Partes concordam, sem qualquer ressalva ou restrição, que os direitos e poderes ora conferidos ao Banco Administrador nos termos deste Contrato poderão ser exercidos pela instituição que vier a substituir o Banco Administrador independentemente de alteração deste Contrato, obrigando-se as Partes a providenciar, mesmo assim, o aditamento deste Contrato, devendo a Cedente levar o referido aditamento a registro, às suas custas observados os prazos e procedimentos previstos na Cláusula Terceira acima.

10.14. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos dos incisos II e III do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.15. Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das Obrigações Garantidas, inclusive dos compromissos e obrigações decorrentes deste Contrato, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

10.16. As despesas decorrentes da contratação do Banco Administrador e manutenção da Conta Vinculada CTR Alcântara serão de inteira responsabilidade da Cedente e não representarão quaisquer encargos aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA TÉRMINO DO CONTRATO**

11.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e permanecerá em vigor até o término do Prazo de Vigência, quando ficará extinto e os direitos de garantia ora constituídos ficarão desconstituídos.

11.1.1. Para fins da determinação do término do Prazo de Vigência, o cumprimento integral das Obrigações Garantidas será comprovado por termo assinado pelo Agente Fiduciário, a ser entregue à Cedente, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o referido cumprimento, sendo que este Contrato ficará imediatamente terminado de pleno direito e os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão liberados do gravame por este Contrato criado às custas da Cedente, devendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, assinar e entregar o termo de quitação devido e tomar toda e qualquer medida necessária à liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA LEI APLICÁVEL E FORO**

12.1. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

O presente Contrato é firmado por cada uma das Partes em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

São Paulo, [data].

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITA 459/52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

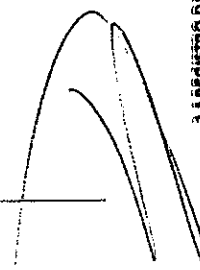
Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

(Página de Assinatura 1/5 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças")

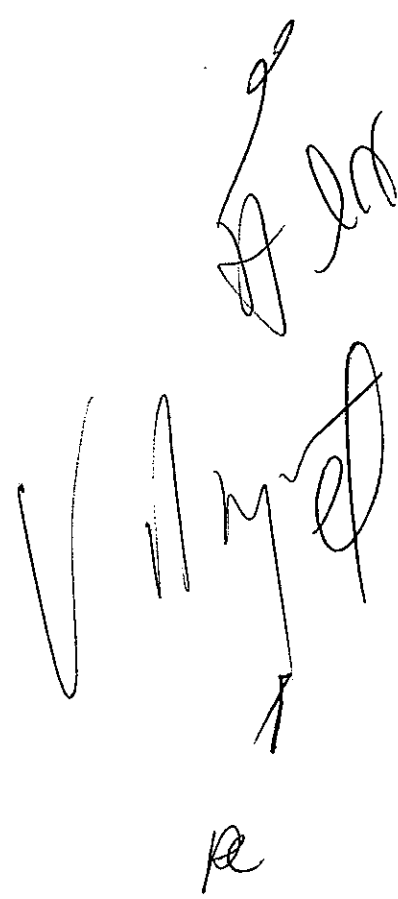
CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.  
como Cedente Fiduciária

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:



3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO



Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

(Página de Assinatura 2/5 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças")

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

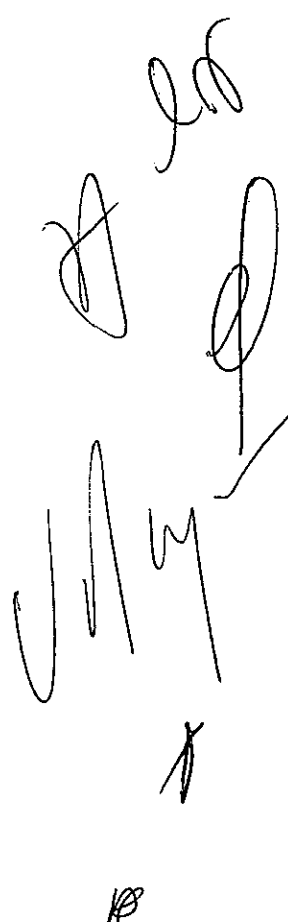
como Agente Fiduciário

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



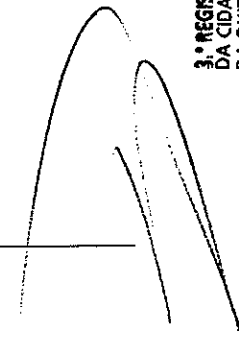
*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

*(Página de Assinatura 3/5 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças")*

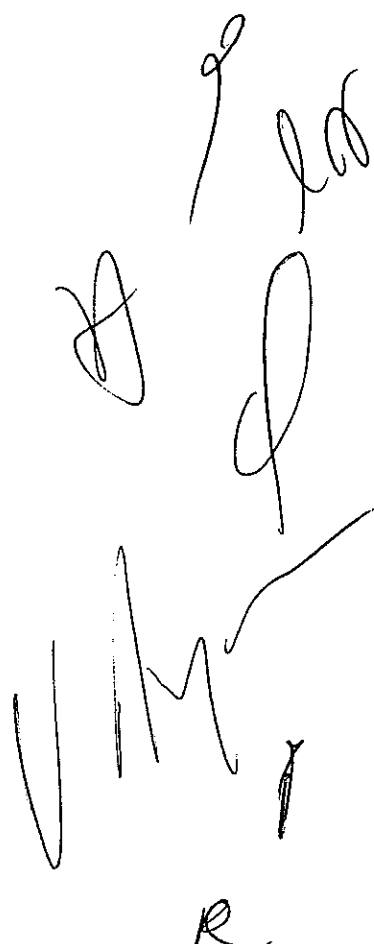
**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
*como Banco Administrador*

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:



3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 67 - 3.º ANDAR CENTRO RJ  
RICARDO MOUZINHOS ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO



R

Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

(Página de Assinatura 4/5 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças")

**HAZTEC INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**  
*como Emissora das Debêntures, na qualidade de interveniente anuente*

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

1.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

*[Handwritten signatures and initials]*

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

*(Página de Assinatura 5/5 do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças")*

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:

2.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

*[Handwritten signatures and initials]*

ANEXO I

**DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE**

- (a) totalidade dos Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Prestação de Serviços;
- (b) totalidade dos Créditos Bancários; e
- (c) todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados a tais Recebíveis Cedidos e Créditos Bancários, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Cedente com relação a tais Recebíveis Cedidos e Créditos Bancários.

1. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º ANDAR CENTRO RJ  
RICARDO A. MOUZINHO ANTUNES  
2. ORIGINAL SUBSTITUTO



## ANEXO II

### DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Valor Principal:

até R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais).

Obrigações Garantidas:

As Obrigações Garantidas incluem não apenas o Valor Principal mencionado acima, mas também os juros incidentes sobre o referido valor, comissões, despesas, honorários, indenizações e diversas outras obrigações da Cedente relacionadas às Debêntures emitidas no âmbito da Oferta Restrita.

Data de Vencimento e Pagamento de Principal e Remuneração:

As Debêntures terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 18 de fevereiro de 2020 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a Data de Vencimento.

Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI *Over*"), capitalizada de uma sobretaxa equivalente a determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, definida de acordo com a relação Dívida Líquida / EBITDA da Emissora, cujas definições estão descritas na alínea (p) da cláusula 7.2 da Escritura de Emissão, conforme tabela abaixo ("Juros Remuneratórios"):

<b>Relação Dívida Líquida / EBITDA da Companhia</b>	<b>Sobretaxa dos Juros Remuneratórios</b>
<i>Maior que 5,0 vezes (inclusive)</i>	4,00% ao ano
<i>Entre 4,0 vezes (inclusive) e 5,0 vezes (exclusive)</i>	3,25% ao ano

Entre 3,0 vezes (inclusive) e 4,0 vezes (exclusive)	2,75% ao ano
Menor que 3,0 vezes (exclusive)	2,50% ao ano

No período compreendido entre a Data de Emissão até que seja calculada a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, o *spread* dos Juros Remuneratórios será de 4,00% (quatro por cento).

Em até 90 (noventa) dias contados da data do encerramento de cada Exercício Social, a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário a relação Dívida Líquida / EBITDA calculada para o Exercício Social considerado, com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora. O Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação, validar o cálculo e informar à Emissora e aos Debenturistas a nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, que será válida nos 2 (dois) Períodos de Capitalização imediatamente subsequentes.

Caso não seja possível o cálculo da sobretaxa dos Juros Remuneratórios para quaisquer períodos subsequentes, deverá ser utilizado parâmetro do Período de Capitalização imediatamente anterior até o próximo Período de Capitalização.

Em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da informação quanto à nova sobretaxa dos Juros Remuneratórios, a Emissora deverá informar a CETIP quanto ao novo parâmetro a ser utilizado.

Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento, e deverão ser pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada resultante (a) do vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures pela Emissora em razão da realização de Resgate Antecipado Facultativo, ou (c) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI Over, nos termos da Escritura de Emissão.

*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

Vencimento Antecipado:

As obrigações decorrentes das Debêntures emitidas no âmbito da Oferta Restrita poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão.

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

ANEXO III

**MODELO DE ADITAMENTO**

**[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A. EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS**

O presente Aditamento é celebrado por:

**CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A.**, sociedade anônima capital fechado, com sede na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Doulos Feliciano Sodré, nº 141, sala 502, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.090.691/0001-00 e na JUCERJ sob o NIRE 33.3.0027449-9, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Cedente");

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"); e

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, inscrita no CNPJ/MF sob o número 90.400.888/0001-42, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Banco Administrador");

**PREÂMBULO**

CONSIDERANDO QUE:

(A) em 06 de fevereiro de 2013, a Haztec Investimentos e Participações S.A., na qualidade de companhia emissora ("Emissora"), e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram a "Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Haztec Investimentos e Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), por meio da qual a Emissora realizou sua quarta emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de 280 (duzentas e oitenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias, em série única, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na data de sua emissão ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) na respectiva data de emissão das Debêntures;

(B) em garantia do fiel, correto e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante os debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures ("Debenturistas") no âmbito da Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados às Debêntures, a Cedente celebrou, em [●], o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"), por meio do qual a Cedente cedeu fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, parcela dos direitos creditórios de sua titularidade decorrentes de contratos de prestação de serviços dos quais é parte, conforme identificados no Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária;

(C) [a Cedente pretende, nesta data, ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direitos creditórios adicionais, além dos direitos creditórios já cedidos por meio do Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos Creditórios Adicionais"), com vistas ao atendimento do Limite Mínimo Global das Garantias Reais] OU [em razão do disposto na Cláusula 4.6 do Contrato de Cessão Fiduciária, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, deverão, nesta data, liberar de quaisquer ônus ou gravames parte dos direitos creditórios de titularidade da Cedente que foram cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária];

(D) o Banco Administrador concorda em atuar como fiel depositário de todos os recursos a serem mantidos na Conta Vinculada CTR Alcântara (conforme definido abaixo);

RESOLVEM as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente "[●] Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia e Outras Avenças" ("Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. Os termos utilizados no presente Aditamento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), quando não definidos de forma diversa neste Aditamento, terão os significados que lhe são atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária.

2. As Partes decidem substituir o Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária pelo Anexo A deste Aditamento, de forma a atualizar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

3. Em conformidade com o disposto na Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão Fiduciária, a Cedente se obriga a encaminhar ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a anuência prévia e por escrito dos devedores dos novos Contratos de Prestação de Serviços que foram incluídos no Anexo A deste Aditamento, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, prorrogável mediante aprovação da totalidade dos Debenturistas, contados da assinatura deste Aditamento]. *[nota: cláusula a ser mantida apenas nos casos de aditamento para constituição de garantia adicional, quando houver inclusão de novo contrato no Anexo A, sem a obtenção da anuência antes da assinatura do aditamento]*

4. A Cedente desde já se obriga a observar os prazos para registro do presente Aditamento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, observados a forma e os prazos previstos nos itens (a), (b) e (c) da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária.

5. [A Cedente se obriga a enviar aos devedores dos Direitos Creditórios Adicionais a notificação prevista na Cláusula 4.4 do Contrato de Cessão Fiduciária, observados a forma e os prazos previstos na

referida cláusula]. *[nota: cláusula a ser mantida apenas nos casos de aditamento para constituição de garantia adicional]*

6. Em cumprimento ao disposto na Cláusula 7.4 do Contrato de Cessão Fiduciária, a Cedente, neste, ato declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão Fiduciária permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.

7. Todos os demais termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive seus Anexos, não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para conveniência, versão consolidada do Contrato de Cessão Fiduciária contendo as modificações realizadas por meio deste Aditamento encontra-se anexa a este Aditamento como **Anexo D**.

8. Fica eleito o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam este Aditamento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, [●].

REGISTRO DE TÍTULOS DE CÉDULAS DE CRÉDITO  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUINTA 452 - 3.º ANDAR - CENTRO  
RICARDO MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

ANEXO A

**"ANEXO I  
DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE"**

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITAÇÃO Nº 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO X MOUZINHO ANTUNES  
2.º ORIGINAL SUBSTITUTO

ANEXO B

**"ANEXO II  
MODELO DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS  
CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE"**

[data]

À

[DEVEDOR]

[Endereço]

Ref.: [Contrato cedido], celebrado entre [ ]  
em [●] ("Contrato")

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RUA  
DA QUITANDA 52 - 3.º ANDAR - CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Prezados Senhores,

Gostaríamos de informar-lhes que, de acordo com o "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. em Garantia das Debêntures da Quarta Emissão da Haztec Investimentos e Participações S.A. e Outras Avenças", celebrado entre Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. ("Companhia"), [●] ("Agente Fiduciário") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Administrador") em [●] e aditado em [ ] ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), [a totalidade / [●] %] do saldo atual de todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes de quaisquer recursos, recebíveis e pagamentos, atuais ou futuros (inclusive multas e indenizações), advindos do Contrato ("Direitos Creditórios") foram cedidos fiduciariamente aos titulares das debêntures da quarta emissão da Haztec Investimentos e Participações S.A. em [●] ("Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário.

Sendo assim, vimos, por meio da presente notificação, instruí-los, em caráter irrevogável e irretratável, a depositar todo e qualquer valor devido à Companhia nos termos do Contrato na conta-corrente de titularidade da Companhia nº [●], mantida na agência nº [●] do Banco Administrador ([●]), não movimentável pela Companhia.

Ressalvamos que a Companhia permanece integralmente responsável perante V.Sas. pelo total cumprimento das cláusulas do Contrato, não sendo modificado o relacionamento comercial entre a Companhia e V.Sas. em razão do disposto nesta notificação.

As disposições da presente notificação não poderão ser revogadas, alteradas ou modificadas sem a anuência prévia e por escrito do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula que não sejam definidos na presente notificação terão o significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Sendo o que nos cabia para o momento, subscrevemo-nos.



*Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento de Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"*

Atenciosamente,

**CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ALCÂNTARA S.A..**

Ciente e de acordo em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_:

[DEVEDOR]

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA  
DA QUITA Nº 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

Modelo do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Central de Tratamento  
Resíduos Alcântara S.A. e Outras Avenças"

ANEXO C

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

[•]

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
DA QUITAÇÃO 452 - 3.º AND. CENTRO/RJ  
RICARDO V. MOURINHO ANTUNES  
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
39 OFÍCIO  
-8FEV 2011 1068453  
ARQUIVO COTIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ